



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
MESTRADO EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL

LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA SAMPAIO

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE, SUA GESTÃO E  
ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA**

RIO DE JANEIRO

2019

LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA SAMPAIO

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE, SUA GESTÃO E  
ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Empresarial.

Orientador: Prof. Dr. Istvan Kasznar.

RIO DE JANEIRO

2019

LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA SAMPAIO

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE, SUA GESTÃO E  
ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Empresarial, orientado pelo Professor Istvan Kasznar - PhD.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Istvan Kasznar - Orientador

---

Profª Drª Fátima Bayma  
Membro

---

Prof. Dr. Ivando Silva de Faria - UFF  
Membro

LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA SAMPAIO

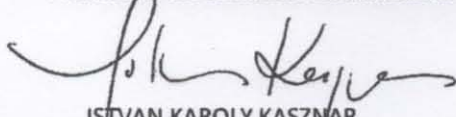
**"FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE, SUA GESTÃO E  
ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA".**

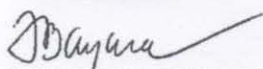
DISSERTAÇÃO apresentado(a) ao Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL do(a) ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS para obtenção do grau de MESTRE(a) em ADMINISTRAÇÃO.


Data da defesa: 20/12/2019

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

**Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>º</sup>/a ISTVAN KAROLY KASZNAR**

  
ISTVAN KAROLY KASZNAR  
Orientador

  
FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA  
Membro

  
IVANDO SILVA DE FARIA  
Membro



**Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV**

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Sampaio, Luiz Claudio Teixeira

Fundo constitucional de financiamento do Norte : sua gestão e estruturação administrativa / Luiz Claudio Teixeira Sampaio. – 2019.

83 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Istvan Kasznar.

Inclui bibliografia.

1. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (Brasil). 2. Fundos de financiamento – Brasil, Norte. 3. Desenvolvimento regional – Brasil, Norte. 4. Planejamento regional – Brasil, Norte. I. Kasznar, Istvan Karoly. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 338.981001

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, nosso Pai e Criador, por mais esta conquista no âmbito acadêmico.

Ao meu pai e à minha mãe, pelo incentivo em todos os desafios que proponho-me a vencer.

Aos meus filhos, pelo apoio e compreensão.

À FGV-EBAPE, por ter proporcionado mais esta conquista em minha formação profissional.

Ao Prof. Dr. Istvan Kasznar, Orientador, pela valorosa orientação, paciência e pelo conhecimento a mim transmitido.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fátima Bayma, membro da Banca, pela orientação e sugestões apresentadas por ocasião da defesa do trabalho.

Ao Prof. Dr. Ivando Silva de Faria, pela orientação e sugestões apresentadas por ocasião da defesa do trabalho.

A todos os professores das disciplinas relativas ao meu Curso, pela dedicação e conhecimento transmitido.

Ao Banco da Amazônia e seus empregados, pela recepção, acolhimento e contribuição, desde o início da pesquisa até a concretização do trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para alcançar mais um objetivo.

## RESUMO

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados com um intuito primordial para a sociedade: promover o desenvolvimento regional, seja ele na região Norte, Centro-oeste ou Nordeste. Na atualidade, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste possuem o seu tipo de financiamento: na região Norte o FNO, Centro-Oeste o FCO e nordeste o FNE. O presente trabalho pontuará a gestão do FNO, por meio da instituição financeira responsável, Banco da Amazônia. Assim, esta pesquisa tem como proposta verificar a eficácia da gestão do FNO para que esse Fundo atinga seus objetivos. Além disso, objetiva-se examinar, por meio de dados do Relatório de Gestão do Fundo, a eficácia da gestão da política de crédito do FNO, em busca do crescimento da renda, emprego e impostos, no período de 2013 a 2017, na Região Norte. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo é baseada em uma pesquisa bibliográfica, exploratória e documental por intermédio de abordagem qualitativa. A partir dos dados da pesquisa, procurou-se constatar se a gestão do Fundo, promovida pelo Banco da Amazônia, contribui para que os objetivos do Governo Federal para o desenvolvimento da Região Norte sejam alcançados.

**Palavras-chave:** Fundos Constitucionais de Financiamento - FCF. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Gestão do FNO. Desenvolvimento regional. Banco da Amazônia. Aplicação de recursos públicos.

## **ABSTRACT**

Constitutional Financing Funds were created with a primary purpose for society: to promote regional development, whether in the North, Midwest or Northeast. At present, the North, Midwest and Northeast regions have their type of financing: in the North region the FNO, Midwest the FCO and northeast the FNE. This paper will punctuate the management of the FNO, through the responsible financial institution, Banco da Amazônia. Thus, this research aims to verify the effectiveness of the management of the FNO to achieve this fund. In addition, the objective is to examine, through data from the Fund's Management Report, the effectiveness of FNO's credit policy management, in pursuit of income, employment and tax growth, from 2013 to 2017, in the Region. North. The methodology used for the development of the study is based on a bibliographic, exploratory and documentary research through a qualitative approach. From the survey data, we sought to determine whether the management of the Fund, promoted by the Bank of Amazonia, contributes to the achievement of the Federal Government's objectives for the development of the Northern Region.

**Keywords:** Constitutional Financing Funds - FCF. Northern Constitutional Financing Fund - FNO. FNO management. Regional development. Bank of the Amazon. Application of public resources.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões beneficiadas pelo FCF.....	21
Figura 2 - O ciclo dos Fundos Constitucionais de Financiamento.....	25
Figura 3 - Área, nº de municípios, população, densidade demográfica e PIB dos Estados da Região Norte.....	26
Figura 4 – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2013.....	79
Figura 5 – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2014.....	79
Figura 6 – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2015.....	79
Figura 7 – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2016.....	80
Figura 8 – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2017.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): quatro principais Estados da Amazônia Legal: 1980 e 2000.....	33
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do PIB, por regiões, no Brasil entre os anos de 1970-2004.....	23
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da concessão de crédito.....	19-20
Quadro 2 - Componentes inseridos na análise de risco.....	20
Quadro 3 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados da Região Norte e Receita do FNO: 2017.....	27
Quadro 4 - Ações do Banco da Amazônia.....	35
Quadro 5 – Índice de Inadimplência do FNO – Todos os Programas: 2013 a 2017.....	41
Quadro 6 - Resultados alcançados por programa, exercício 2013.....	45-46
Quadro 7 - Resultados alcançados por programa, exercício 2014.....	48-49
Quadro 8 - Resultados alcançados por programa, exercício 2015.....	51-52
Quadro 9 - Resultados alcançados por programa, exercício 2016.....	54-56
Quadro 10 - Resultados alcançados por programa, exercício 2017.....	60-62
Quadro 11 - Consolidação de registros dos resultados de 2013 a 2017.....	64
Quadro 12 - Contratos FNO no município de Paragominas: 2013 a 2018.....	67

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	12
2.1 Caracterização da pesquisa	13
2.2 Locus da pesquisa	14
2.3 Etapas da Pesquisa	15
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	17
3.1 Aspectos iniciais de crédito	17
3.2 Evolução histórica dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)	21
3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	26
3.4 O FNO como mecanismo de política econômica regional	29
3.5 Banco da Amazônia	34
<b>4 SISTEMA DE GESTÃO DO FNO</b>	37
4.1 Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e Relacionamento com a Sociedade	39
4.2 Índice de inadimplência e controle	41
<b>5 ANÁLISE E RESULTADOS</b>	43
5.1 Banco da Amazônia frente ao FNO e o Desenvolvimento econômico, social e sustentável (2013 a 2017)	43
5.1.1 Ano de 2013: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2014	43
5.1.2 Ano de 2014: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2015	46
5.1.3 Ano de 2015: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2016	49
5.1.4 Ano de 2016: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2017	53
5.1.5 Ano de 2017: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2018	59
5.1.6 Consolidação dos dados: resultados alcançados de 2013 a 2017	64
5.2 Registros da aplicação de recursos do FNO no Município de Paragominas (PA)	67
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	70
<b>REFERÊNCIAS</b>	72
<b>ANEXO 1 - ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS DO FNO POR ESTADO: 2013 a 2017</b>	79
<b>GLOSSÁRIO</b>	83

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que os Fundos Constitucionais de Financiamentos (FCF) estão na Constituição Federal de 1988, através do art. 159, que se encontram distribuídos de três formas: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), este último será abordado de forma com destaque nesta pesquisa (BRASIL, 1988).

De acordo com Irffi, Araújo e Bastos (2012, p. 3):

[os Fundos de Financiamento tem] por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões sobre as quais atuam. As fontes de financiamento destes recursos orçamentários constitucionalmente previstos originam-se, basicamente, de 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR).

Desse modo, nota-se que estes fundos contribuem para a sociedade, impactando nos ambientes econômicos, social e até ambiental, o qual dependerá de quem o fornece e quem o adquire, transformando, assim em benefícios que proporcionem um retorno social. Nos estudos de Resende (2013) os fundos são uma maneira de promover e financiar atividades ligadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que se encontra definida através do Decreto nº 6.047 de 2007.

É relevante evidenciar que o órgão responsável para o gerenciamento desses recursos garantindo o desenvolvimento da região ao qual o fundo desempenha o papel é o Ministério da Integração Nacional (MI), onde esses empréstimos são apenas concedidos por bancos operadores, como o Banco da Amazônia, foco deste estudo (RESENDE, 2013).

Diante disto, o Fundo Constitucional da Região Norte (FNO) criado pela Lei 7.827, de 27/09/1989, alterado pela Lei 9.126, de 10/11/1995 e Lei 10.177, de 12/01/2001 tem como finalidade específica disponibilizar suporte financeiro no apoio ao desenvolvimento das políticas públicas do governo federal, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), visando promover o equilíbrio econômico, eliminando distorções no crescimento da região, em relação as outras regiões mais desenvolvidas economicamente, apoiando financeiramente as

atividades produtivas dos setores agropecuário, industrial, agroindustrial, mineral, infraestrutura, turismo e comércios e serviços de diversos portes.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte- FNO tem o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia, vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual para a Amazônia- PPA, levando em consideração a realidade ambiental da região (SUDAM, 2019).

As ações dessa política buscam agregar valor ao preço final dos produtos primários, com a verticalização da produção na região agregando valores ao produto final, mediante utilização de tecnologia inovadora e adequação à escala de produção, diminuindo as dificuldades comparativas derivadas dos fatores locais como: (infraestrutura de transporte, produção e armazenamento da matéria-prima, insumos e etc.).

A concentração desses esforços por parte do Governo Federal através de instituições como o Banco da Amazônia, como órgão indutor do desenvolvimento da região Norte, impacta na arrecadação tributária, contribuindo para a geração de emprego e renda, para a melhoria da qualidade de vida da população local, inclusive atraindo novos empreendedores para o Norte em busca da oportunidade.

A partir da constatação de que a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FNO está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado da Região Norte, é preciso considerar que esse resultado só é possível por meio de uma gestão eficiente e eficaz.

Nosso estudo tem como objetivo geral verificar se a gestão do FNO contribui para que esse Fundo atinja seus objetivos. Além disso, objetiva-se examinar, por meio de dados do Relatório de Gestão do Fundo, a eficácia da gestão da política de crédito do FNO, em busca do crescimento da renda, emprego e impostos, no período de 2013 a 2017, na Região Norte.

Dessa forma, a pesquisa pretende responder seguinte questionamento: De que maneira a gestão do FNO, desde o planejamento até a efetivação de um financiamento, pode contribuir para o desenvolvimento da Região Norte?

A fim de atingir os objetivos propostos, serão analisadas as seguintes variáveis, a partir dos dados registrados no período de 2013 a 2017: Agricultura Familiar (PRONAF); Agropecuária Sustentável – Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais; Agropecuária Sustentável – Concessão de Crédito aos Produtores Rurais – Bancos Públicos; Agropecuária Sustentável – Concessão de Crédito às Cooperativas e Associações; Cultura; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; Florestas – Financiamento de Projetos de Regularização Recuperação de Áreas de Reserva Legal; Florestas – Fomento às Atividades Agrícolas Sustentáveis Operação Arco Verde; Micro e Pequenas Empresas; Pesca e Aquicultura; Trabalho, Emprego e Renda; Turismo; Turismo/MTUR.

Todas as variáveis são subprogramas do FNO e compõe o conjunto estabelecido durante as fases de planejamento da distribuição dos recursos do Fundo, com metas estabelecidas pela gestão, expressas no Relatório de Gestão, sob responsabilidade do Banco da Amazônia. Assim, os dados analisados, juntamente com o Índice de Consecução de Metas do FNO por Estado, para o período de 2013 a 2017, são elementos escolhidos que contribuíram para verificar se a gestão do FNO, desde o planejamento até a efetivação de um financiamento, pode contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Procedimentos metodológicos (caracterização, *lócus* e etapas da pesquisa); referencial teórico (Aspectos iniciais sobre crédito, evolução histórica dos FCF, FNO, O FNO como mecanismo de política econômica regional e sobre o Banco da Amazônia); Sistema de gestão do FNO; Análise e resultados (Banco da Amazônia frente ao FNO e o desenvolvimento econômico, social e sustentável no período de 2013 a 2017) e as considerações finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão expostos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa, neste caso: caracterização, *lócus* e etapas da pesquisa.

Entende-se que é algo valorativo o ser humano ter a capacidade de produzir conhecimento, tendo em vista que para nortear esta produção faz-se pertinente pesquisar como compreendê-la e os passos para o desenvolvimento de outros conhecimentos que lhe for acrescentar e engrandecer. Pensando nisso, entende-se que a pesquisa “na condição de princípio científico, apresenta-se como a instrumentação teóricometodológica para construir conhecimento” (DEMO, 2000, p. 33). Isto é, para ser considerado um conhecimento científico ela necessita de dois aspectos: teoria e metodologia, o primeiro para embasar a temática e o outro para comprovar através de métodos que a pesquisa tem fundamento e concretização de informações científicas.

Verifica-se, portanto, que a pesquisa contribui para a produção de novo conhecimento e também de novas técnicas, criação ou até mesmo explorar novos contextos. Portanto para Luna (2000, p. 15), "essencialmente, [a] pesquisa visa à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente fidedigno [...]". Além do mais, para este autor a pesquisa tem o intuito de ser utilizada das seguintes maneiras:

- Gerar e adquirir novos conhecimentos sobre si mesmo ou sobre o mundo em que vive;
- Obter e/ou sistematizar a realidade empírica (conhecimento empírico);
- Responder a questionamentos (explicar e/ou descrever);
- Resolver problemas;
- Atender às necessidades de mercado;
- Quanto a sua natureza pode ser quantitativa ou qualitativa;
- Quantitativa - traduz em números os dados, requer técnicas de estatística para a tradução destes;
- Qualitativa - é descritiva, onde os dados são analisados indutivamente através da interpretação dos fenômenos.

A respeito da proposta metodológica, Becker (1993) assevera que cada objeto de estudo, como o que delineia esta pesquisa sobre o FNO, necessita de peculiaridades e analise a partir do que for verificado por meio da dinamicidade e contextos em que eles se apresentam. Assim, pode-se fomentar que o andamento da pesquisa que irá ser explorada deve ser averiguada se poderá haver modificação ou não dos princípios gerais do que se estuda do objeto. Dessa maneira, Domingues (2004, p. 20):

[...] conjunto de passos, procedimentos e etapas, todo método pressupõe a formulação de problemas, a introdução de recortes e a seleção de aspectos atinentes ao objeto a ser conhecido, podendo o foco e o parâmetro serem mais ou menos amplos, a depender da perspectiva e do ponto de vista do observador ou do sujeito.

Assim, a partir da visão do autor supracitado identifica-se que toda pesquisa no âmbito científico precisa de procedimentos através de métodos que pressupõe a execução de objetivos propostos. Por conseguinte, os próximos tópicos irão mostrar o andamento da sistematização deste estudo.

## **2.1 Caracterização da pesquisa**

Para a concretização do objetivo geral exposto estabelece-se um composto de métodos e técnicas que contribuam para delinear os detalhes das particularidades do objeto de estudo. Diante disto, este estudo tem como característica ser uma pesquisa de fundo bibliográfico, exploratório e documental.

A primeira por possibilitar a busca das principais teorias que fundamente este trabalho científico, que se encontram presente em fontes de informações como: livros, periódicos, trabalhos acadêmicos e outros. Complementando, o autor Boccato (2006, p. 266) nos informa que a pesquisa bibliográfica:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Já a pesquisa de cunho exploratório tem como foco principal estar em

proximidade com o problema da pesquisa que em nosso caso é saber quais os fatores que contribuem para a efetividade do FNO frente ao desenvolvimento da Região Norte. Destarte, de acordo com Gil (2007) em grande parte das pesquisas que utilizam a pesquisa exploratória dispõe de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que visem a compreensão. Porém, aqui nesta pesquisa emprega-se o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que neste caso é o FNO.

A pesquisa documental justifica-se por buscar fontes de informações diferenciadas da pesquisa bibliográfica (livros, periódicos, dentre outros materiais), sendo elas diversificadas, tais como: “tabelas estatísticas, jornais, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, relatórios de empresas etc.” (FONSECA, 2002, p. 32) que possibilitem um engrandecimento diferenciado no estudo proposto.

Além do mais, foram utilizadas as abordagens de cunho qualitativo a partir das perspectivas de Polit, Beck e Hungler (2004) e Minayo e Sanches (1993).

## 2.2 Lócus da Pesquisa

Com relação ao *lócus da pesquisa*, será delimitado e representado pelo Banco da Amazônia já que é o banco operador e instituição responsável pelo gerenciamento dos recursos advindos do FNO. Por conseguinte, este Banco tem sua história marcada pelo desenvolvimento da região amazônica.

O Banco da Amazônia surgiu a partir do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, denominado na época de Banco de Crédito da Borracha, cujo seu contexto é marcado a partir da II Guerra Mundial, portanto, este banco tinha como primordial objetivo “financiar a produção da borracha destinada aos países aliados” França, Inglaterra e Estados Unidos, posteriormente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019a).

De acordo com Simplício (2014, p. 11):

A partir do acordo de Washington firmado entre Brasil e Estados Unidos, o DecretoLei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, cria o Banco de Crédito da Borracha, mas, com o fim da Guerra a economia estava estagnada e precisava se desenvolver. E que nos anos 50, após a guerra, a borracha perde o seu valor no mercado mundial, em 1950, o governo federal cria o Banco de Crédito da Amazônia S/A, ampliando o financiamento para outras atividades produtivas. Em 60 a partir de 1966, assume o papel de agente



financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, já com o nome de Banco da Amazônia, tornando-se depositário dos recursos de incentivos fiscais.

Na década de 1970, observa-se o desenvolvimento de uma sociedade que possui um capital aberto, onde começa-se a dispor o Tesouro Nacional de uma porcentagem de 51% das ações e o público em geral com apenas 49% (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019a). Este contexto permitiu com que esse banco proporcionasse como iniciativas o avanço em dois aspectos: a fronteira agrícola que expandiu e a industrialização. Também surge o agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Os anos de 1980 e 1990 marcam de forma significativa a evolução e concretização do Banco da Amazônia, já que passa a ser de forma oficial o gestor do FNO, criado em 1989. Assim, o banco “possibilita aos mini, micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo”. Portanto, com a participação do FNO no banco os resultados buscavam e ainda buscam o desenvolvimento da região, já que ele tem como intuito também de crescimento de postos de trabalhos e geração de renda, pois dispõe de encargos diferenciados.

Na atualidade nota-se que o Banco da Amazônia se renovou e adaptou-se ao novo contexto da sociedade amazônica visando sua atuação “voltada para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, através da definição de critérios rigorosos na análise de crédito” (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019a). Além do mais, o banco investe a cada dia em tecnologia, visando o melhor atendimento ao cliente sendo este Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

## 2.3 Etapas da Pesquisa

Com relação às etapas da pesquisa, estas encontram-se divididas da seguinte maneira:

**1ª etapa:** desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e exploratória através de temáticas sobre crédito, FCF, FNO e sobre o Banco da Amazônia;

**2ª etapa:** pesquisa documental analisando os relatórios de gestão, o FNO, dentre outros que auxiliem a concretização dos objetivos propostos;

**3ª etapa:** análise dos dados, utilizando-se da abordagem qualitativa, pertinente para contribuir com o objetivo do estudo; e

**4ª etapa:** descrever os dados secundários do Banco da Amazônia e aqueles que contribuirão para os achados da pesquisa proposta.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo trata da abordagem teórica necessária para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: o crédito; da evolução histórica dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF); do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e de sua atuação como mecanismo de política econômica regional; e do Banco da Amazônia.

#### 3.1 Aspectos iniciais sobre crédito

De maneira geral entende-se que a palavra crédito deriva do termo latino “*credare*” que possui o significado de confiar/acreditar (TAVARES, 1988). Sendo assim, Silva (2008) assevera que esta palavra possui uma complexidade de definições, porém a que melhor se adequa ao contexto da proposta desta pesquisa é de entrega de um valor, disponibilização de recursos ou um futuro pagamento honrado, elemento este que possibilita uma tomada de decisão de crédito (SILVA, 2008). Além do mais, o crédito tem como função “avaliar a capacidade de pagamento do tomador, visando assegurar a reputação e a solidez do prestador” (BUENO; MARTINS; DA SILVA, 2015, p. 3).

Para Schumpeter (1997), o crédito se constitui como um dos elementos fundamentais ao desenvolvimento econômico, nas áreas em que esse processo se inicia. Também suscita que o crédito não é relevante ao consumidor, por isso, para ele não considera-se um elemento fundamental ao processo econômico, diferentemente do empreendedor, que necessita deste crédito para atingir de forma mesmo que temporária seu poder de compra, “a fim de produzir e se tornar capaz de executar novas combinações de fatores para tornar-se empreendedor” (SCHUMPETER, 1997, p. 10).

Reafirmando tal perspectiva, Schumpeter (1997, p. 10-11) nos explica que o crédito ao consumidor:

[...] não [faz] parte da “natureza econômica” de qualquer indivíduo que ele obtivesse empréstimo para o consumo, ou da natureza de qualquer processo produtivo que os participantes tivessem de contrair dívidas para fins consecutivos. E, apesar de reconhecer sua importância, deixa de lado o fenômeno do crédito ao consumo [...]. Na verdade, procura demonstrar que o desenvolvimento, em princípio, é impossível sem crédito.

Já na perspectiva de Nurke (1957) e Myrdal (1965 apud DE PAULA, 2006), o crédito tem como finalidade produzir condições para o desenvolvimento equilibrado, através de recursos disponibilizados dentro de normas preestabelecidas, para investimentos simultâneos nos diversos segmentos produtivos da região. Ou ainda, o crédito consiste na “entrega de um valor (dinheiro ou bens) presente, mediante uma promessa de pagamento futura” (SILVA, 1997, p. 63).

Além do mais, Schumpeter (1997, p. 79-80) parte do pressuposto de que as questões que envolvem a terminologia crédito estão claras em seu processo histórico ao estabelecer que:

[...] é primariamente necessário às novas combinações e que é por estas que ele força seu caminho dentro do fluxo circular, de um lado, porque foi necessário originalmente para a fundação do que agora são as empresas antigas, e de outro, porque seu mecanismo, uma vez em funcionamento, também se apodera das combinações antigas por razões óbvias.

Na visão da sociedade moderna evidencia-se que o crédito é positivo dependendo da finalidade de quem o adquirir, sendo para os bens de consumo duráveis ou não duráveis, acarretando, assim, possibilidades de emprego, aumento de renda e novas viabilidades econômicas. Ademais, o crédito assegura que diversas empresas consigam desenvolver-se de maneira significativa acarretando outros mercados e ambientes como países, estados e municípios, visando satisfazer a escassez de bens da população (SERRA NEGRA; FOCA, 2019).

Outro fator relevante ao que se insere o crédito é a sua margem de risco, pois qualquer crédito solicitado por uma pessoa ou empresa ela irá adquirir algum produto ou até mesmo um serviço de maneira que seu pagamento não será de forma instantânea. Por isto, de acordo com Caquete, Altman e Narayanan (1999, p. 11), o “risco pode ser assumido por algumas horas ou por um século” (CAQUETTE; ALTMAN; NARAYANAN, 1999, p. 11).

Um bom cadastro e um sistema de crédito eficaz podem ser um excelente meio de alavancagem de negócios. Conhecer o cliente é fundamental para a empresa ser, ao mesmo tempo, agressiva perante o mercado e segura em suas decisões. Uma área de crédito capaz de avaliar empresas, conhecer a forma como operam e quais são suas necessidades de recursos pode dar às empresas condições de obter vantagem competitiva. Entretanto, se uma política de crédito liberal propicia às empresas construir mais rapidamente seu volume de faturamento, também tem o poder de colocá-la em perigo, com alto risco. Por outro lado, uma política rígida, restritiva, reduz a sua *performance*, especialmente em mercados competitivos e não conservadores (SILVA, 2000 apud SANTOS; BRITO; SANTOS, 2005, p. 3464).

Um fator de destaque pontuado por Blatt (1999) é relacionado aos requisitos que uma pessoa ou empresa adquire de um crédito, onde estes necessitam analisar como se dará a operação de crédito, a partir de três princípios fundamentais, sendo eles: segurança, liquidez e rentabilidade. Assim, o “objetivo da análise do crédito é analisar riscos envolvidos em um negócio, e a capacidade de o cliente liquidar a dívida nas condições contratadas” (SERRA NEGRA; FOCA, 2019).

Da mesma forma, Blatt (2019, p. 41) afirma que para avaliação de risco de crédito em curto prazo dependem de alguns dados relevantes para este procedimento, sendo eles: “ficha cadastral do comprador (ligados e garantidores da operação), análise econômico-financeira dos demonstrativos contábeis do proponente (se pessoa jurídica) e a tradição do cliente em operações passadas”.

Outrossim, o autor acima ainda apresenta alguns pilares para que seja concedido crédito, sendo eles:

- 1- Informação Creditícia;
- 2- Histórico de Pagamento;
- 3- Identificação do Cliente;
- 4- Análise das Demonstrações Financeiras;
- 5- Qualidade de Cobrança; e
- 6- Fortalecimento da Venda a Crédito.

Logo, o Quadro 1 expõe de forma sucinta as características essenciais para a concessão de crédito, tanto para pessoa física ou jurídica, onde faz-se uma pré-seleção com as variáveis de risco, denominadas “C” do Crédito (BLATT, 1999; SCHRICKEL, 2000; SILVA, 1997).

**Quadro 1 - Características da concessão de crédito**

<b>CARACTERÍSTICA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO</b>	
<b>Caráter</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Refere-se à intenção de pagar. Pode ser muito difícil identificar se alguém tem ou não intenção de pagar suas dívidas (integridade e honestidade). De qualquer forma os dados relativos ao passado de uma pessoa/empresa podem ser instrumentos úteis para a decisão de crédito.</li> <li>● Estabeleceu-se que a idade da empresa é uma boa medida para a intenção de efetuar o pagamento.</li> <li>● Pontualidade é considerada um fator relevante e sua identificação pode ser feita por meio dos registros que o banco ou a empresa mantém no relacionamento comercial com seu cliente, bem como mediante o uso das chamadas informações comerciais e bancárias.</li> <li>● Outra forma é a verificação de protestos, cheques sem fundo e outros desabonos, que caracterizem o cliente como inadimplente.</li> </ul>

**Quadro 1 – Características da concessão de crédito (continuação – p. 2)**

Capacidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Está relacionada à habilidade administrativa e à competência empresarial do indivíduo ou do grupo de indivíduos.</li> <li>● Reflete também a volatilidade dos ganhos da empresa em comparação com o fluxo constante de pagamentos ao longo do tempo.</li> <li>● Pode também ser avaliada por meio das decisões estratégicas tomadas pela empresa, sua estrutura organizacional, seu potencial de competição e penetração nos mercados, etc.</li> </ul>
Condição	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Analisa o conhecimento dos concorrentes, os fatores externos, macroeconômicos e políticos que afetam a empresa, tais como a sensibilidade do(s) ramo(s) de atividade, sua influência, sazonalidade do produto, porte da empresa, a região geográfica de atuação, qualidade dos produtos e serviços, retrospectiva histórica e perspectivas futuras.</li> </ul>
Capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Está ligado à situação econômico-financeira da empresa, no que diz respeito aos seus bens e recursos possuídos para saldar seus débitos, suas origens, sua frequência e consistência.</li> <li>● É importante verificar o grau de alavancagem/endividamento da empresa.</li> </ul>
Conglomerado	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Não basta conhecer a situação de uma empresa, é preciso que se conheça sua controladora (ou controladoras) e suas controladas e coligadas para se formar um conceito sobre a solidez do conglomerado. Isso é feito pela análise das demonstrações financeiras consolidadas e do conglomerado como um todo e suas participações. É preciso verificar também, se além do gigantismo, o conglomerado tem agilidade e flexibilidade para enfrentar a concorrência.</li> </ul>
Colateral	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Refere-se à capacidade do cliente em oferecer garantias complementares. Estas podem ser reais como hipoteca, penhor e alienação fiduciária, ou pessoais como aval e fiança. É usado para contrabalançar as fraquezas que existem nos riscos, como capital insuficiente, capacidade não provada, mas, em hipótese alguma, substituirá o fator caráter, que é o primeiro fator determinante do crédito.</li> </ul>

Fonte: SERRA NEGRA, Carlos Alberto; FOCA, Eliana Miranda. **Aspectos teóricos de crédito e risco nas operações a varejo** (2019).

Ademais, o Quadro 2 expõe os outros componentes ao “C” para a análise de risco.

**Quadro 2 - Componentes inseridos na análise de risco**

CARACTERÍSTICA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO	
Consistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Para ter consistência é importante fazer a escolha e gerenciamento do alvo de mercado, ou seja, escolher o melhor mercado, o qual depende da política do credor, da conjuntura econômica, estrutura do cliente, dentre outras.</li> </ul>
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Na comunicação é importante que a análise de informações cadastrais, estruturais, contábeis e econômico-financeiras do pleiteante de crédito seja feita de maneira ágil e correta.</li> </ul>
Controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>● No controle é importante o acompanhamento, gerenciamento e administração do crédito concedido. Visto que a situação do cliente pode se alterar, durante determinado prazo, esse controle ajuda na detecção de uma possível inadimplência.</li> </ul>
Concorrência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● É importante ter os produtos corretos para o mercado adequado para sobreviver aos rigores da concorrência no curto prazo. O credor deve conhecer a natureza e o nível da competição a que estão sujeitos os seus clientes.</li> </ul>
Custos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tendo o credor uma boa gestão de custos, evitará sofrer perdas em suas receitas.</li> </ul>
Caixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Para fins de concessão de crédito, é de suma importância saber se o cliente gera caixa, e qual a qualidade e a consistência deste caixa, mais do que saber se ele gera lucro ou prejuízo, pois uma empresa honra seus compromissos com caixa e não com lucro. A qualidade do ciclo de liquidez de um cliente é um indicador fundamental para saber se o mesmo irá cumprir com suas obrigações.</li> </ul>

Fonte: SERRA NEGRA, Carlos Alberto; FOCA, Eliana Miranda. **Aspectos teóricos de crédito e risco nas operações a varejo** (2019).

Por fim, verifica-se de forma significativa que o crédito tem sua definição objetiva de possibilitar o desenvolvimento econômico, social, ambiental e político de uma sociedade a partir da possibilidade de confiar em uma pessoa física ou jurídica que encontram-se enquadradas nas possibilidades dispostas nos Quadros 1 e 2, já que quem o permite tal crédito reduz a um nível mínimo possível a subjetividade na “tomada de decisão, permitindo um posicionamento firme e rápido, principalmente no que tange ao peso dado a cada “C” do Crédito. O que significa que não se avança uma proposta de crédito se o ‘caráter’ não atende às exigências do credor” (BLATT, 1999, p. 42-43).

### 3.2 Evolução histórica dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)

Sabe-se que os FCF estão regulamentados pela Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989 (BRASIL, 1989) e encontram-se dispostos no artigo 159, Inciso I, alínea “c” da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), sendo eles distribuídos de três formas, atendendo suas respectivas regiões: Centro-Oeste a partir dos FCO, Nordeste com os FNE e no Norte com o FNO (Figura 1).

**Figura 1** - Regiões beneficiadas pelo FCF.



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Desempenho Operacional: Fundos Constitucionais de Financiamento – 20 anos.** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, DF (2009).

Diante deste contexto, verifica-se que a partir da década de 1980 o cenário brasileiro encontrava-se com um esgotamento de ações que envolviam a política de desenvolvimento regional brasileiro, o qual tinha-se “fortes crises fiscais e financeira do Estado, acompanhadas por um processo de inflação crônica, que acabaram por fazer com que a questão do desenvolvimento regional fosse deixada em segundo plano” (FERREIRA, 2013).

A partir destes, outros acontecimentos foram acarretando problemas ao âmbito brasileiro, assim, os fundos foram e são alternativas que representaram e refletem-se de forma institucionalizada uma relevante ferramenta para contribuir de maneira significativa no desenvolvimento econômico de regiões do Brasil com desvantagens econômicas (FERREIRA, 2013).

Atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País (BRASIL, 2015).

Identifica-se diante disto que o FCF tem como meta estar relacionado ao desenvolvimento do país, compactuando para as desigualdades encontradas nas regiões as quais ele tem seus fundos específicos. Ademais, estes fundos não atuam sozinho, tendo como complemento os Fundos de Desenvolvimento Regional, Fundos Fiscais e os incentivos fiscais, que estão associados na instrumentalização para formas de financiamento das políticas de desenvolvimento regional do Brasil empregada pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Outrossim, de acordo com Macedo e Matos (2008, p. 3) “os desequilíbrios inter-regionais no Brasil tornaram-se mais evidentes com a unificação do mercado nacional, quando as diversas regiões se integram ao seu centro industrial dinâmico”.

A história nos aponta que os anos de 1956 a 1961 temos o chamado Plano de Metas que propiciou atuar nas disparidades nacionais, já que nos anos de 1930 e 1970, o estado que mais apresentou crescimento foi São Paulo, o que acarretou manifestos frente a centralização do desenvolvimento apenas neste local, deixando o resto do país estagnado. O estado de São Paulo, portanto, detinha na época de grandes acordos comerciais, produtivos, financeiros e migratórios (MACEDO; MATOS, 2008). Portanto, o resultado destas diferenciações regionais permitiu a concretização de diversificadas formas de desenvolvimento regional, através de

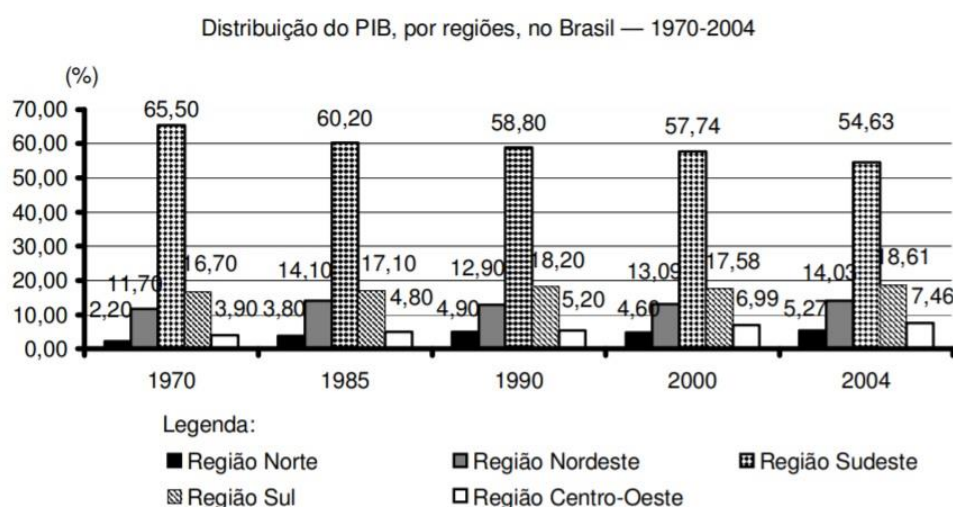


industrialização intensa, que não fossem centrados apenas em São Paulo, mas sim em outros estados.

[...] O exemplo da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e de seus instrumentos de fomento é o mais conhecido, mas não foi único; ao contrário, as políticas de corte regionalizado ganharam espaço, no Brasil, nos anos 60 e 70, culminando com criações de aparatos de apoio ao desenvolvimento, especialmente o fomento à indústria na periferia nacional, sustentados por burocracias voltadas ao planejamento — Grupo Executivo Para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), etc. — e por fundos públicos e por incentivos fiscais e financeiros diversos — Sistema 34/18, Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres), etc. — geridos por bancos de desenvolvimento federais e estaduais — Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Bandes), Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), etc. (MACEDO; MATOS, 2008, p. 4).

Diante desta conjuntura, o Gráfico 1 exhibe os primeiros efeitos da descentralização do desenvolvimento regional a partir de 1970 e como encontrava-se até os anos de 2004, já que foram fomentadas diversas políticas expostas acima que solucionassem os desequilíbrios dos outros estados que não São Paulo no empenho pelo desenvolvimento e diversificação produtiva, buscando metas para atuação cada vez mais intensa na economia brasileira.

**Gráfico 1** – Distribuição do PIB, por regiões, no Brasil entre os anos de 1970-2004.



Fonte: Macedo e Matos (2008). Fonte dos dados brutos: FGV, IBGE/Contas regionais.

Portanto, o Gráfico 1 evidencia um crescimento nas demais regiões em que houve o incentivo de políticas de desenvolvimento apoiadas por alguns fundos

visualizados acima nos estudos de Macedo e Matos (2008), onde permite-se afirmar que tais crescimentos não foram acentuados de forma significativa que possibilitasse a solução dos problemas dos desequilíbrios regionais, porém, nota-se que pelo “menos evitaram um processo de concentração econômica maior do que provavelmente se teria observado pelo livre jogo de mercado. Ademais, a antiga periferia nacional logrou maior diversificação produtiva com os instrumentos criados” (MACEDO; MATOS, 2008, p. 6).

Os autores Cano (1997; 2006), Pacheco (1998; 1999), Diniz (1991; 1993; 1995), Azzoni (1986), Guimarães Neto (1995; 1996), Saboia (2002; 2004) e Diniz Filho (2005) discorrem que os dados apresentados no gráfico acima configuram ações implementadas em seu caráter industrial e por meio de políticas que envolvem o setor público, onde observa-se estas intervenções principalmente no final dos anos de 1970. Além do mais, ressaltam que essa descentralização foi possível não apenas pelas políticas de desenvolvimento, mas também pelos fatos descritos abaixo:

- Base de recursos naturais que teria deslocado uma série de investimentos para fora das Regiões Sul e Sudeste;
- Papel do Estado através do investimento direto realizado na periferia;
- A integração do mercado nacional, criando novos espaços para o investimento, especialmente o industrial;
- A expansão da fronteira agrícola;
- A economia de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP);
- As economias de aglomeração em novas regiões e cidades médias;
- O perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro;
- A crise da década de 80 e o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira na década de 90, que teria afetado mais a economia de São Paulo;
- As políticas de incentivo às exportações e o crédito rural;
- A “guerra fiscal”, que teria atraído investimentos para as áreas periféricas.

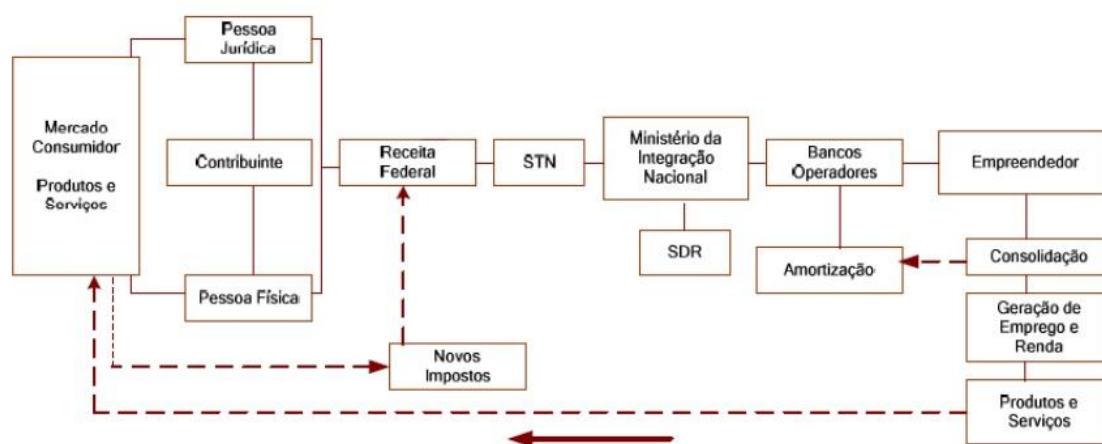
Desse modo, a heterogeneidade regional no Brasil:

[...] é clara e persiste por séculos. Assim, ao longo da história, e principalmente nas últimas décadas, o Estado Nacional buscou reduzir as desigualdades regionais. Entretanto, a disparidade é alta, sendo refletida em diversos indicadores, como a renda, PIB per capita, IDHM, entre outros. Ademais, as desigualdades regionais constituem um fator de entrave ao processo de desenvolvimento (OLIVEIRA; ARRIEL; DA SILVA, 2014, p. 7-8).

Na atualidade, verifica-se que os fundos estão inseridos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) proposto desde 2003 e oficializado por meio do Decreto 6.047/2007 que visa justamente intensificar ações do Governo Federal que possibilitem a continuidade do certame das desigualdades existentes em nosso país de cunho regional que atendam as propostas destas políticas e do FCF (OLIVEIRA; ARRIEL; DA SILVA, 2014).

Ao expressar de forma significativa o contexto destes fundos e sua evolução histórica é necessário, portanto, expor de maneira objetiva as etapas do andamento dos FCO's.

**Figura 2 - O ciclo dos Fundos Constitucionais de Financiamento.**



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Desempenho Operacional: Fundos Constitucionais de Financiamento – 20 anos.** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, DF (2009).

Tais etapas expostas na Figura 2 mostram os ciclos de entradas e saídas dos recursos dos Fundos Constitucionais, onde estes advêm de 3% dos recursos orçamentários previstos na legislação por meio da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR). Dessa porcentagem 20% são para o FNO, 20% para o FCO e os demais (60%) para o FNE. Os demais recursos dependem dos retornos e dos resultados em que são aplicados os Fundos, assim: “o resultado da remuneração dos recursos, momentaneamente, não aplicados e as disponibilidades dos exercícios anteriores, portanto, fica implícito que os Fundos não são aplicados a fundo perdido” (OLIVEIRA; ARRIEL; DA SILVA, 2014, p. 8).

### 3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

No tópico anterior, tratou-se dos FCF, o qual percebe-se que cada região, com exceção das Regiões Sul e Sudeste, possui o seu tipo de fundo e que, na Região Norte, esse fundo denomina-se FNO que busca atender a região apesar de problemas como sua extensão, condições geográficas e problemas ambientais, fundiários, de infraestrutura e logística. A gestão do fundo é exclusiva do Banco da Amazônia, principal agente indutor do fomento na região no tocante a aplicação de recursos públicos através das políticas de crédito rural e não rural estabelecidas pelo Governo Federal.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para o crédito de fomento da Região Norte e um dos principais instrumentos econômico-financeiros de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério da Integração Nacional. O caminho de redução das desigualdades passa pela valorização da magnífica diversidade regional. Isso significa dizer que o problema regional encontra uma via de superação na exploração consistente dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversidades regionais do País (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019b).

Portanto, o FNO por ser destinado à região Norte, abrange os sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e também 450 municípios que abrangem o total de 3.853.327, 3km<sup>2</sup> em área territorial. No ano de 2010, a região Norte possui um total estimado de 14,6 milhões de habitantes, cuja densidade demográfica é de 3,79 hab/km<sup>2</sup> e renda per capita de R\$ 7,28 mil (BRASIL, 2011). Além disso, o PIB regional estava em torno de R\$ 106,5 bilhões, o que equivale a 5% do PIB brasileiro (Figura 3).

**Figura 3** - Área, nº de municípios, população, densidade demográfica e PIB dos Estados da Região Norte.

Estado	Área (km <sup>2</sup> )	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	655.385	4,3	4.482	6,84
Amapá	142.814,60	16	587.311	4,11	4.367	7,44
Amazonas	1.570.745,70	62	3.221.939	2,05	33.359	10,35
Pará	1.247.689,50	144	7.065.573	5,66	39.150	5,54
Rondônia	237.576,20	52	1.453.756	6,12	12.902	8,87
Roraima	224.299,00	15	395.725	1,76	3.179	8,03
Tocantins	277.620,90	139	1.243.627	4,48	9.084	7,3
<b>Região Norte</b>	<b>3.853.327,30</b>	<b>450</b>	<b>14.623.316</b>	<b>3,79</b>	<b>106.523</b>	<b>7,28</b>

Fonte: (a) IBGE - população recenseada e estimada, segundo as grandes regiões e unidades da federação – 2007/(b) IBGE / Estatística - base 2005.

Dados atualizados até 2017 mostram a seguinte distribuição do PIB para os Estados da Região Norte em conjunto com a receita do FNO distribuída para cada Unidade Federativa (Quadro 3).

**Quadro 3** - Produto Interno Bruto dos Estados da Região Norte e Receita do FNO: 2017

Unidade da Federação	PIB EM 2017 (R\$ 1.000.000)	Receita FNO (R\$ 1.000.000)	Variação (%)
Acre	14.271	322	2,26
Amapá	15.480	138	0,89
Amazonas	93.204	874	0,94
Pará	155.195	1.426	0,92
Rondônia	43.506	874	2,01
Roraima	12.103	92	0,76
Tocantins	34.102	874	2,56

Fontes:

- (1) INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- (2) BRASIL. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: Processo de Contas Ordinárias do Exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia, 2018.
- (3) Com adaptações do autor.

Conforme o Quadro 3, se observa que a variação é maior para os Estados do Acre (2,26%), Rondônia (2,01%) e Tocantins (2,56%), podendo-se afirmar que a distribuição da receita do FNO não está atrelada ao PIB do ente federativo, existindo, pois, outros elementos que o gestor do Fundo considera para distribuí-lo.

Nesse aspecto, o Banco da Amazônia atua com diferentes agentes e atores sociais, tais como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAGRI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMAS), Empresas de Assistência Técnica, Empresas Integradoras, Universidades, Associações, Cooperativas, Sociedade Civil Organizada e outras que precisam estar alinhadas sob o ponto de vista estratégico para a operacionalização do FNO no atendimento das demandas de produtores/empresas no acesso ao crédito para o desenvolvimento de suas atividades produtivas (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019b).

O acesso aos recursos públicos via FNO, destinados para o pequeno, médio e grande produtor rural e pequena, média e grandes empresas, ocorre por meio do financiamento de atividades sustentáveis que potencializam a economia local, geram divisas para os Estados que compõem a Região Norte. Nesse contexto, registrem-se as economias de escalas, como por exemplo, Agricultura, Pecuária de corte e de leite,

Extrativismo, grãos, Indústria, Comércio e Serviços (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019b).

O crescimento econômico é viabilizado através de operações de crédito para Investimento e Capital de Giro voltados a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços em diversas atividades. A transferência de tecnologias faz parte desse tipo de operação e proporciona o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da produção.

Gerando redução de custos e o aumento da renda per capita, ocasionando qualidade de vida, gerando empregos diretos e indiretos e alavancando a exportação. Desta forma o FNO cumpre o seu papel de indutor do desenvolvimento da região gerando oportunidades de negócios sustentáveis para Amazônia. Os financiamentos de grandes projetos demandam empresas fornecedoras de insumos e produtos e aumentam a escala econômica dos fornecedores, como também, utilizam plantas que diminuem os custos de produção através de inovações tecnológicas.

Os planos de desenvolvimento para a região priorizam projetos que apresentam vantagens comparativas naturais que geram grande impulso na economia regional. Projetos na área da indústria, agroindústria e agregação de valor à produção também são financiados, como exemplos temos a avicultura, produção de óleo vegetal e biodiesel, polpa de frutas, papel, celulose, pescado e produtos lácteos, enfim, uma diversidade de atividades econômicas capazes de atrair grandes empresas em favor do desenvolvimento da região (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019b).

É nesse aspecto que os recursos destinados para aplicação do FNO são canalizados com vistas a apoiar iniciativas locais, atrair grandes grupos econômicos para se instalarem na região e priorizando o desenvolvimento sustentável; Estes projetos contemplam inovação tecnológica e a preservação do meio ambiente no tocante a exploração e uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Considerando que a sustentabilidade está ligada diretamente a garantia de direitos das gerações futuras de utilizarem os recursos naturais, o FNO é utilizado de forma compatível com a ideia de estimular as atividades que utilizam tecnologias limpas na produção de grãos, na pecuária e na exploração florestal movimentando a economia local e adjacências, gerando fluxos de pessoas, mercadorias, produtos e serviços, primando pelo retorno do crédito concedido.

É importante reconhecer que o desenvolvimento econômico fica inviabilizado, sem que haja disponibilidade de crédito na região nas suas diversas modalidades (Investimento, Custeio, Capital de Giro e Comercialização). Nesse aspecto, o FNO vem

suprir esta necessidade no incentivo à produção voltada para abastecer tanto o mercado regional como o mercado nacional. O foco é minimizar as distorções econômicas e sociais da região em relação ao resto do país através da disponibilização do crédito de fomento.

O FNO atende desde agricultura familiar até o agronegócio voltado para atividades rurais, em diversas localidades da Região Norte, contemplando projetos de pequeno, médio e grande porte, com taxas de juros diferenciadas do mercado pois enquadra-se no subsídio do Governo tais como: carência para pagamento do principal mais juros e prazo que dependendo do empreendimento a ser financiado poderá chegar até 25 (vinte e cinco) anos dependendo da maturação e da viabilidade do projeto a ser analisado (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019b).

O Banco reconhece a necessidade de expandir sua área de atuação dentro da própria Amazônia legal, possibilitando atendimento eficiente em localidades em que o crédito ainda não conseguiu alcançar, inclusive diminuindo a burocracia e o acesso ao crédito.

Também, enquanto indutor do desenvolvimento compreende que há a necessidade de simplificar alguns processos e, particularmente, o crédito rural para que o FNO alcance padrões de eficiência e eficácia e possa corrigir distorções sociais que existem dentro da própria Amazônia, utilizando tecnologias apropriadas, mitigação de riscos ambientais e também sobre o ponto de vista do crédito, aumento da renda a partir do principal agente de mudança da região que é o Banco da Amazônia.

### **3.4 O FNO como mecanismo de política econômica regional**

Destacam-se dois instrumentos de política econômica do Governo Federal com o propósito de fomentar os investimentos econômicos na Região Norte e Amazônia Legal: o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

O objetivo central dessa estratégia era gerar uma dinâmica econômica interna capaz de ampliar os indicadores macroeconômicos de consumo, renda, emprego e balança comercial, além de criar um fluxo de recursos que se retroalimentasse, com base na sinergia gerada entre as atividades produtivas da região e possibilitasse a relação dessas atividades com o restante da economia nacional e internacional, de maneira a induzir a formação de uma poupança local capaz de estimular a ampliação do espectro de atividades desenvolvidas na Amazônia e, por conseguinte, reduzir a desigualdade socioeconômica inter-regional e com o restante do

país (GURGEL et al., 2013, p. 16).

Em um contexto histórico, conforme os autores supracitados, desde o Século XVII existe uma política intervencionista de caráter econômico voltada à Amazônia, iniciando-se com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a fim de que fosse introduzido um modelo de produção agrícola capaz de suprir as exigências do mercado internacional. Contudo, o extrativismo ganhou preferência e atingiu 84% das exportações, pois os produtores da região não possuíam elevado padrão tecnológico e as condições climáticas também não favoreceram a elevação do nível de produtividade (SANTOS, 1980; COSTA, 1992 apud GURGEL et al., 2013).

Avançando para o Século XX, a produção agrícola foi parte do plano de ocupação da região. A implantação de uma infraestrutura em portos, rodovias, ferrovias, bem como a geração de energia elétrica com o aproveitamento dos recursos hídricos da Amazônia, são fatores voltados para a integração com as demais regiões do Brasil. Os denominados Planos de Desenvolvimento da Amazônia I e II (PDA) tinham a missão de promover o progresso da região por meio de incentivos fiscais e outras ações que atraíssem os grandes empresários do país. Na década de 1980, o instrumento utilizado para financiar os projetos foi o FINAM. Quanto à distribuição dos recursos desse Fundo:

[...] verifica-se que, em 1985, o setor agropecuário, com 424 projetos beneficiados, foi contemplado com 36,9% do total de benefícios concedidos. Segundo Costa (1992), esse setor recebeu recursos correspondentes a 62% do total de recursos disponibilizados em 1982, mostrando que a prioridade pela agropecuária se dá em detrimento de outros setores, diferente do observado em 1979, quando o setor agropecuário participava com apenas 1,5% nos incentivos do FINAM (GURGEL et al., 2013, p. 17).

Na década de 1990, houve redução na participação do setor agropecuário, alcançando 19,8% (em 1990) e caindo para 18,0% no ano 2000, ocorrendo o aumento da distribuição dos recursos do FINAM para os setores da agroindústria, industrial e de serviços, destacando-se alimentos e bebidas, minerometalúrgico, eletroeletrônico e de serviços. Essa mudança na distribuição foi motivada por estudos de avaliação da política de investimentos do FINAM, ocorridos em 1990 (GURGEL et al., 2013).

Referida avaliação constatou que o FINAM não atendeu as expectativas e



colaborou para a concentração do capital e da propriedade privada na Amazônia Legal.

Na primeira fase do FINAM, até a década de 1970, os aquinhoados com os recursos aplicados no setor agropecuário foram os grandes empresários da Região Sudeste do país. Já na primeira metade da década de 1980, os beneficiados foram as tradicionais oligarquias regionais, localizadas nas macrorregiões do Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina e Belém, no Estado do Pará (COSTA, 1992 apud GURGEL et al., 2013, p. 19).

Assim, constatou-se que a gestão dos recursos do FINAM não cumpriu às expectativas esperadas no que tange ao desenvolvimento da região, sendo necessária a implementação de uma política cujas ações fossem eficazes, culminando com a criação dos Fundos Constitucionais, dentre eles o FNO.

Criado por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 159, inciso I, alínea “c”,

[...] é formado pelo repasse de 0,6% sobre os 3% arrecadados em impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, além da incidência sobre os produtos industrializados. O gestor financeiro dos recursos é o Banco da Amazônia [BASA], a quem compete o planejamento e a aplicação orçamentária, convergente com as ações estabelecidas e, a partir de 1996, passaram a fazer parte do Plano Plurianual (PPA) (GURGEL et al., 2013, p. 20).

Conforme os autores supracitados, destacam-se diversos elementos que distinguem a gestão do FNO quando comparado com o FINAM, dentre eles, o aprimoramento das maneiras de concessão e acompanhamento dos projetos contemplados. São promovidas discussões contínuas com os técnicos e gestores de todos os Estados da Amazônia Legal, para que a aplicação dos recursos seja eficiente e atenda as especificidades de cada município a que se destina.

A atuação das instituições de ensino e pesquisa também é relevante, pois proporciona estudos técnico-científicos sobre a diversidade dos setores econômicos da Região. Muitos desses estudos contam com a participação de empregados do Banco da Amazônia. Isso resulta em melhoria quanto à alocação dos recursos do FNO bem como na criação de mecanismos de controle e gestão mais aprimorados.

“Segundo Santana (2002), a geração de excedentes econômicos na Região será maior na medida em que a atividade tenha maior poder de influência intersetorial” (GURGEL et al., 2013, p. 20).

Os relatórios das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos do FNO têm evidenciado que este Fundo Constitucional possui maior eficiência técnica e

operacional em relação ao FINAM, pois promoveu melhoria quanto à criação de emprego e geração de renda para produtores rurais, bem como a expansão do produto, justificando sua permanência como instrumento de política para promover a economia da Região (GURGEL et al., 2013).

Quanto aos agentes envolvidos no processo, a SUDAM e o BASA muito contribuem para promover o desenvolvimento da Amazônia, pois possibilitam a aplicação dos investimentos públicos e privados de maneira efetiva e eficaz.

Como parte da estratégia do Governo Federal para desenvolver a Amazônia, a utilização do dinheiro público foi direcionada à infraestrutura. Também, houve preferência na formação dos fatores de produção capital e trabalho. Sobre este aspecto:

A política de desenvolvimento regional da Amazônia Legal priorizou os gastos públicos em infraestrutura e na formação dos fatores de produção, capital e trabalho. O primeiro, por meio de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura feitos pelo setor público, e o segundo, a partir do processo de povoamento de extensas áreas da Amazônia, dada a abundância de terras e de recursos naturais (GURGEL et al., 2013, p. 24).

Entretanto, referidos autores entendem que, para o período entre a década de 1970 até 2004, o aspecto positivo do produto *per capita* não é o resultado somente da interação dos fatores de produção capital e trabalho, pois o avanço da tecnologia na região, a elevação do nível de especialização da força de trabalho, a melhoria da forma de organização do processo produtivo, dentre outros fatores, contribuíram para esse bom resultado. Indicadores sociais comprovam essa assertiva.

Pode-se constatar que os indicadores sociais para a região amazônica sinalizam para uma situação de progresso nas condições de vida do povo Amazônida. Cumpre ressaltar que esses indicadores ainda estão abaixo dos registros das regiões Sul e Sudeste, bem como da média nacional, cujo índice foi 0,690 (Tabela 1).

**Tabela 1** – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): quatro principais Estados da Amazônia Legal – 1980 e 2000.

Estado/Período	1980	2000
Amazonas	0,610	0,713
Pará	0,580	0,723
Mato Grosso	0,620	0,773
Maranhão	0,410	0,636

Fonte: adaptado de Gurgel et al. (2013).

Conforme se observa pela Tabela 1, no ano 2000, o IDH teve destacável progresso, constatando-se que houve melhora na condição de vida das pessoas da Amazônia. Cumpre ressaltar que o Estado de Mato Grosso superou os demais, com expressivo índice 0,773.

Destaque importante, também, foi o progresso significativo do IDH de cada Estado, quando comparado com os indicadores do ano 1980.

Gurgel et al. (2013) afirmam que as investidas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais contribuíram para que melhores resultados fossem alcançados, pois, também, ocorreu a universalização do atendimento à saúde, aumento do número de vagas no ensino fundamental, melhorias relativas à infraestrutura de saneamento básico e habitação, dentre outras ações implementadas.

Conforme se observou no presente capítulo, os instrumentos de política econômica regional, criados pelo Governo Federal, podem cumprir muito bem o papel de subsidiar os investimentos econômicos na Amazônia Legal. Entretanto, a fim de que não ocorra um baixo nível de eficiência técnica e operacional, tal qual aconteceu com os recursos do FINAM, é imprescindível que os agentes responsáveis em gerir os recursos do FNO, com destaque para o Banco da Amazônia, mantenham-se alinhados para estabelecerem os melhores critérios para concessão de crédito e controle das operações contratadas.

Assim, o FNO ratifica sua importância como instrumento essencial de política econômica regional para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

### 3.5 Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia nasceu com o propósito de garantir o suprimento de borracha para os países aliados durante a 2ª Grande Guerra e sua criação foi vital para a participação do Brasil na luta pela manutenção da democracia no planeta. Era um momento conturbado e esta obra conta o esforço de guerra iniciado com a criação do Banco de Crédito da Borracha e a convocação de cerca de cinquenta e cinco mil voluntários, a maioria deles vinda do Nordeste, fugindo de um longo período de seca, para atuar na extração do látex de nossas florestas nativas (BATOS, 2012, p. 11).

Vislumbra-se a partir da citação acima que o Banco da Amazônia na década de 1940 surge apenas com uma única finalidade que é fornecer crédito para a exploração da borracha e disponibilizá-la para os países aliados no cenário da II Guerra Mundial. Porém, com o fim deste contexto o Banco ressignifica-se no sentido incentivar práticas que busquem o desenvolvimento econômico na Região Norte do Brasil e não apenas fechando-se para um estado específico desta região. Além do mais, o banco tinha como meta diminuir as diferenças com relação as outras regiões do país como Sul e Sudeste, por isso, é criado de forma oficial o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra no ano de 1950.

Corroborando Bastos (2012, p. 11) afirma que o início do Banco estava voltado apenas ao nicho borracha, onde neste atual ciclo esta instituição abre portas para apoiar de maneira financeira “empreendimentos, garantindo recursos a custos e prazos diferenciados, possibilitando a realização de novas atividades produtivas na Amazônia”.

No ano de 1966, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que foi criada em 6 de janeiro de 1953 através da Lei nº 1.806, tendo como função a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia é modificada para SUDAM, por meio da Lei 5.176, o que favoreceu o fortalecimento da constituição do Banco da Amazônia, já que em 1989 é criado o FNO, acarretando maior recursos para a região Amazônica.

No Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, nos períodos de 2003 e 2010, o Banco da Amazônia fomenta-se como o primordial agenciador das políticas, planos e programa do governo para a região Amazônica, o qual expôs de maneira significativa “solução financeira para o seu desenvolvimento, através da oferta de produtos e serviços com condições e taxas diferenciadas, o que possibilitou ampliar o crédito e tornar a Amazônia mais competitiva e inclusiva” (BASTOS, 2012, p. 11).

[...] no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o Banco atinge a marca histórica de R\$43,7 bilhões de recursos aplicados na região, dos quais R\$29 bilhões referentes aos últimos 5 (cinco) anos. Assim, em suas estratégias de ação, o Banco tem procurado atender, de maneira prioritária, setores produtivos organizados sob diversas formas, como, por exemplo, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), cadeias produtivas e aglomerados econômicos, visando, sobretudo, a inserção de segmentos produtivos de menor porte, como da agricultura de base familiar, as micro, pequenas e médias empresas e o setor de microfinanças (BASTOS, 2012, p. 12).

Diante deste cenário construído na história do Banco, o Quadro 3 nos mostra ações e impactos relevantes de contribuição desta instituição de grande renome na região Amazônica, que pautou-se de tais conquistas a partir de 2003, quando elabora seu Planejamento Estratégico voltado a nova missão do Banco em “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com créditos e soluções eficazes” e visão de “ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos” (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019c).

**Quadro 4 – Ações do Banco da Amazônia**

<b>AÇÕES DE RELEVÂNCIA DO BANCO DA AMAZÔNIA</b>	
<b>ANO</b>	<b>AÇÃO</b>
2006	Lançado o Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente e criada a Política Socioambiental, com as diretrizes de atuação no setor, baseada no tripé inclusão, exclusão e salvaguarda. Dois anos depois, avançou ainda mais na defesa da região com a análise socioambiental dos projetos e tornou-se signatário do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental – iniciativa do Ministério do Meio Ambiente –, junto aos bancos públicos.
2007	Criou o Amazônia Florescer - Programa de Microfinanças Sustentáveis para a Região Amazônica, operacionalizado em parceria com a Amazoncred (Associação de Apoio à Economia Popular Solidária), passou a ofertar crédito e serviços financeiros a empreendedores populares, urbanos e rurais.
2010	A Agenda 21 do Banco da Amazônia com os compromissos da instituição para o alcance da Agenda 21 brasileira e, no ano seguinte, foi publicada a Política Corporativa pela Sustentabilidade, compondo as normas de consulta permanente para toda e qualquer medida ou ação que possa impactar a sustentabilidade interna e a indução do desenvolvimento sustentável da Amazônia.
2011	Recebeu o Prêmio Internacional ALIDE VERDE, com o programa FNOBiodiversidade. A categoria ALIDE Verde é destinada para instituições financeiras que aplicam programas de desenvolvimento sustentável.
2012	- Cresceram as oportunidades de financiamentos à população com o Programa Brasil Maior, do governo da primeira mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff, estimulando a inovação e a produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. - Foi priorizada a produção sustentável, a competitividade de pequenos negócios, o incentivo ao investimento e ao bem-estar do consumidor.

Fonte: Bastos, Luiza et al. **Banco da Amazônia 70 anos**. Belém: PWL; Banco da Amazônia, 2012.

Bastos et al (2012) contém registros até o ano 2012. Entretanto, o Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente tem edição anual,

mantendo-se, também o Programa Amazônia Florescer nos anos seguintes.

Ainda, destaca-se que, anualmente, o Banco publica Editais Públicos de Patrocínios direcionados para projetos da área social, cultural, esportiva, ambiental, exposições agropecuárias, feiras, mostras para o Espaço Cultural e para aqueles amparados pela Lei Rouanet (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019).

Assim, verifica-se a relevância que esta instituição de crédito tem na Região Amazônica, com destaque para a gestão do FNO, tendo em vista que seu contexto histórico aponta ao longo desses anos sua marca em desenvolvimento econômico, social e ambiental daqueles que encontram neste banco uma alternativa de crescimento. Por fim, enfatiza-se que esta instituição prioriza ações as quais visem oportunidades na região ao qual ele tem a missão e visão de atuação.

#### 4 SISTEMA DE GESTÃO DO FNO

Conforme Kasznar (2014), a alocação correta do capital é de grande relevância em uma organização e a gestão financeira é quem trata exatamente disso. Assim, gerir um recurso de terceiro torna-se de uma importância maior. É o caso do Banco do Amazônia, responsável pela gestão do Fundo Constitucional de financiamento do Norte FNO. Conforme escreve o Professor Kasznar:

Por esta razão, o gestor financeiro há de ser capaz de gerar resultados positivos e benefícios. E que se entenda que pelo financeiro tudo passa, pois ele transforma todos os fatores em dinheiro, pela ótica das receitas e dos custos (entradas e saídas). Diz-se que o “financeiro” é aquela pessoa que lida com as finanças de uma empresa. Mas também se pode entender que é o setor ou o departamento financeiro de uma firma (KASZNAR, 2014, p. 5).

À luz da asserção supracitada de Kasznar (2014), entendemos que o Banco da Amazônia é o “financeiro”, pois administra um Fundo Constitucional e promove a aplicação desse recurso, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de toda uma região.

As normas e regulamentos de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) têm origem no Poder Executivo Federal, vinculados ao Ministério da Integração Nacional, com natureza jurídica denominada Fundo Especial de Natureza Financeira, para atividade de serviços financeiros, não possui áreas ou subunidades dedicadas, de maneira exclusiva, para sua gestão, daí, não há de elementos para subsidiar a elaboração de organograma. Contudo, cumpre ressaltar que, exclusivamete, sua gestão e operacionalização fazem parte da estrutura do Banco da Amazônia, que também é responsável pela elaboração do Relatório de Gestão, documento de periodicidade anual. (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018).

Para a elaboração do presente Relatório de Gestão, o Banco da Amazônia, na qualidade de agente financeiro do FNO, observa a configuração identificada nos normativos, em especial à estrutura indicada no Anexo Único da Portaria TCU nº 65/2018, formatando as informações conforme conteúdo estabelecido e aplicável à natureza jurídica do Fundo Constitucional de Financiamento [...] (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018, p. 8).

Nesse contexto, sendo a principal fonte estável de recursos de longo prazo para o crédito de fomento, o FNO impõe ao seu gestor o propósito da aplicação dos recursos (em bases sustentáveis) em toda a Região Norte e Amazônia Legal, levam em conta a extensão territorial e abundante biodiversidade, a fim de comprovar a

relevância do Fundo no processo de desenvolvimento sustentável da Região.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que os aplica em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo no exercício de 2017, aprovadas Ad referendum pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM), através do Ato nº 34, de 12/08/2016, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 272, de 10/08/2016 (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018, p. 14).

Quanto às diretrizes estratégicas da gestão do FNO, a prioridade é focada para a concessão de financiamentos aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), destacando-se a agricultura familiar, cujos empreendimentos utilizem matérias-primas e mão de obra local, envolvendo projetos com sustentabilidade socioambiental, conforme a seguir:

- Concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- Ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
- Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra local e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- Preservação do meio ambiente;
- Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- Conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- Apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- Programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento (incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009); e
- Divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009) (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018, p. 15-164).



Prioridades Setoriais e Espaciais: conforme o Banco da Amazônia (2018), as prioridades setoriais foram definidas conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), qual sejam: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias Extrativas; Indústrias de Transformação; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Comércio; Transporte e Armazenagem; Alojamento e Alimentação; Informação e Comunicação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Educação; Saúde Humana e Serviços Sociais; e Artes, Cultura, Esporte e Recreação. Quanto às prioridades espaciais, o gestor do Fundo, os espaços a seguir têm tratamento diferenciado e favorecido:

- municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte; e
- municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

#### **4.1 Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e Relacionamento com a Sociedade**

Tendo como objetivo o desenvolvimento da Amazônia, o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM) é quem estabelece as diretrizes de ação para esse feito, sendo presidido pelo Ministro da Integração Nacional e composto pelos Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento; seis Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo; todos os governadores dos Estados da Amazônia Legal; três prefeitos de municípios de outros Estados, indicados pela Associação Brasileira de Municípios, pela Confederação Nacional de Municípios e pela Frente Nacional de Prefeitos; três representantes da classe empresarial de Estados diferentes indicados pelas entidades da Agricultura, do Comércio e da Indústria; três representantes da classe dos trabalhadores indicados pelas entidades de trabalhadores da Agricultura, do Comércio e da Indústria; pelo Superintendente da Sudam; e pelo Presidente do Banco da Amazônia (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018).

Como gestor do FNO, o Banco da Amazônia observa os seguintes princípios de gestão: a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Ainda, divulga, de fato, ou ato relevante, e de atendimento aos acionistas, sua Prestação de Contas (Accountability), de maneira periódica,

objetivando manter e reforçar seus valores institucionais.

Em conformidade aos princípios dos Acordos de Basileia e aos regulamentos no âmbito do Brasil, o Banco da Amazônia possui e mantém uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos, a fim de identificar, mensurar, avaliar, controlar, tratar, monitorar e reportar os riscos inerentes aos seus negócios. Tal estrutura adota como premissa básica o modelo das três linhas de defesa (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018).

A Política de Controles Internos propiciou aperfeiçoamento das diretrizes e responsabilidades no que tange à gestão dos riscos e controles, monitoramento e avaliação dos processos com a formalização da adoção das três linhas de defesa.

No que tange ao relacionamento com a sociedade, o Banco da Amazônia possui diversos canais de atendimento.

A comunicação virtual e telefônica pode ser feita por intermédio dos seguintes canais: Fale Conosco; Help Desk do Amazônia Online; Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e Ouvidoria. Destacando a Ouvidoria:

[...] um canal de última instância para o registro de reclamações, especializado no atendimento a clientes e usuários de produtos e serviços que não obtiveram solução em suas demandas nos canais de atendimento primário da instituição, que busca: identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão, atuando inclusive na mediação de conflitos. Também registra denúncias, elogios e sugestões (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018, p. 66).

Quanto à transparência das informações relevantes sobre a gestão do FNO, os registros sobre os financiamentos concedidos são publicadas no portal do Banco na Internet, disponível para conhecimento de toda a sociedade.

Portanto, como o FNO tem sua gestão sob responsabilidade do Banco da Amazônia, é necessário que a instituição esteja alinhada às políticas e regulamentos dos órgãos aos quais está subordinada, podendo concluir que o Banco da Amazônia é competente para administração do Fundo, pois tem estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco, bem como uma equipe de empregados altamente qualificada para gestão do FNO.

## 4.2 Índice e controle de inadimplência

**Quadro 5** – Índice de Inadimplência do FNO – Todos os Programas: 2013 a 2017

<b>Período</b>	<b>Índice Todos os Setores (%)</b>	<b>Índice - Setor Rural (%)</b>	<b>Índice – Demais Setores (%)</b>
2013	4,3	79,2	20,8
2014	3,9	74,9	25,1
2015	2,8	95,0	5,0
2016	3,3	93,2	6,8
2017	3,4	57,2	42,8

Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. FNO: Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia, 2018. Adaptado pelo autor.

Conforme o Quadro 10, em 2013, o índice de inadimplência do FNO alcançou 4,3%, apontando redução de 10% se comparado a 2012 (4,8%). O setor rural alcançou 79,2% de inadimplência enquanto que os demais setores representaram 20,8%. Cumpre ressaltar que a queda no nível de inadimplência aconteceu em um contexto onde houve o número de contratações cresceu de forma equivalente a 10,2% em relação a 2012 (BRASIL, 2014).

Já em 2014, o índice de inadimplência do FNO atingiu 3,9%, mostrando decréscimo de 10,8% em relação ao índice registrado em 2013, de 4,3%. As operações em atraso representam 74,9% do setor rural e 25,1% dos demais setores (BRASIL, 2015).

Para o exercício de 2015, as operações em atraso registraram índice de inadimplência 2,8%, de onde 95,0% representado por operações do setor rural 5,0% dos demais setores. O índice de 2,8%, se comparado com o ano anterior (3,9%), representa uma significativa redução de 28,2%. Nesse contexto, cumpre ressaltar que a inadimplência do FNO no exercício apontou o menor índice dos últimos seis anos. (BRASIL, 2016).

Quanto ao ano 2016, o índice de inadimplência alcançou 3,3%. As operações em atraso so setor rural representam 93,2% e o índice de 6,8% representa os demais setores. Segundo o gestor do FNO, a qualificação do crédito justifica a diminuição nos índices de inadimplência (BRASIL, 2017).

Os registros relativos ao exercício de 2017 são os seguintes: a inadimplência

total atingiu 3,4%, sendo que o setor rural representa 57,2% e os demais setores representam 42,8% (BRASIL, 2018). Destaca-se que houve uma aproximação entre o setor rural e os demais setores, fato não observado para os anos anteriores.

Com o objetivo de manter a inadimplência das operações FNO em patamares aceitáveis pelo mercado financeiro, o gestor do Fundo realiza medidas de prevenção, correção, incluindo:

- Realização de visitas e fiscalizações regulares a empreendimentos financiados.
- Renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF baseada em normativos estabelecidos em legislação federal.
- Contratação de escritórios de cobrança terceirizada.
- Firmatura de parcerias institucionais com o INCRA, sindicatos, federações, prefeituras municipais para auxiliar na recuperação de ressarcimento de créditos inadimplidos.

Ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada, entre outras ações (BRASIL, 2018).

## 5 ANÁLISE E RESULTADOS

Este tópico tem o intuito de analisar de forma detalhada os reflexos do FNO frente ao desenvolvimento econômico, social e sustentável no período de 2013 a 2017 combinando os resultados com o sistema de gestão proporcionado pelo Banco da Amazônia.

### 5.1 Banco da Amazônia frente ao FNO e o Desenvolvimento econômico, social e sustentável (2013 a 2017)

Este item irá mostrar em subtópicos os anos de aprimoramento do FNO na Região Norte.

#### 5.1.1 Ano de 2013: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2014

Os dados descritos neste tópico são fornecidos a partir do relatório de gestão 2013 do Banco da Amazônia (BRASIL, 2014), onde se identificou que o FNO segue os itens estabelecidos em lei, políticas e diretrizes fixadas pelo Ministério da Integração Nacional visando como objetivo maior o desenvolvimento regional. Sendo assim, o FNO alinhou-se por meio de seis programas de financiamento que são:

**1- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (BRASIL, 2014);

**2 - Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FNO - Amazônia Sustentável:** destinado a incentivar as atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos (BRASIL, 2014);

**3 - Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica – FNO - Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a

regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais (BRASIL, 2014);

**4- Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas - (FNO - MPE):** criado com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento (BRASIL, 2014);

**5 - Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI):** criado com a finalidade de apoiar o desenvolvimento da Região Norte, através da concessão de financiamentos aos empreendedores individuais, para potencializarem as suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados (BRASIL, 2014);

**6 - Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial):** criado com o propósito de reduzir as consequências das enchentes na Região Norte, sendo operacionalizado através de linhas especiais de crédito para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores (BRASIL, 2014).

Ainda, os dados presentes no relatório mostram que o FNO também apresenta-se alinhado ao Conselho Deliberativo (CONDEL) da SUDAM e às orientações estratégicas do Governo Federal através de políticas, planos e programas que atendam a Amazônia, sendo eles: Plano Plurianual (PPA) – o “Plano Mais Brasil”; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); e das políticas e prioridades dos estados da Região Norte (BRASIL, 2014).

Também é relevante frisar que o FNO cumpriu com cada uma das diretrizes e prioridades para o exercício de 2013.

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM para o exercício, através do Ato nº 13, de 15/08/2012, na forma das diretrizes e orientações

gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 384, de 04/07/2012, e pela recomendação da CGU de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo (BRASIL, 2014).

Da mesma forma cada programa estabelecido pelo FNO suscitou alguns resultados alcançados para as execuções físicas das ações realizadas pela UJ, sendo eles apresentados no Quadro 4:

**Quadro 6 – Resultados alcançados por programa, exercício 2013.**

<b>Nome do Programa</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Agricultura Familiar – PRONAF	No exercício de 2013, a meta financeira do Programa atingiu 130,7%. Esse número demonstra o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 240,7%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Concessão de crédito aos produtores rurais	O volume de contratações do Programa atingiu 134,3%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 473,0%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por Cooperativas e Associações.
Cultura; Preservação, Promoção e Acesso	O volume financeiro do Programa representou 268,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a cultura, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.
Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	O volume financeiro do Programa representou 101,5% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incendios	O volume financeiro do Programa representou 316,6% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis.
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incendios	O volume financeiro do Programa representou 85,3% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis dos municípios da Operação Arco Verde.

**Quadro 6 – Resultados alcançados por programa, exercício 2013 (Continuação).**

Micro e Pequenas Empresas	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 165,3% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, elevando a disponibilização de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra na Região.
Pesca e Aquicultura	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 270,9% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável.
Trabalho, Emprego e Renda	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 541,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política de microcrédito produtivo orientado, com a promoção da universalização do acesso a essa modalidade de crédito.
Turismo	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 471,4% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política voltada para o setor de turismo, promovendo a sustentabilidade e a qualidade para o aumento da competitividade.
Turismo / MTUR	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 27,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a Região Norte dispor de uma única cidade-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2013. Belém: Banco da Amazônia (2014).

Outros resultados pertinentes encontrados no relatório apontam que os financiamentos possibilitados com recursos do FNO alcançaram o valor total de R\$4,72 bilhões com uma faixa média acima em 1,5% da meta estabelecida para o exercício 2013, estipulado em R\$ 4,65 bilhões (BRASIL, 2014). Dentre estes financiamentos, algumas atividades destacaram-se: agropecuária (311,0%), agroindústria (211,9%) e o turismo (193,7%).

Ademais com o FNO dois programas no exercício 2013 tiveram destaque, sendo eles: FNO – Biodiversidade e FNO – Amazônia Sustentável com a média acima do esperado pontuando 14, 3% e 9,0%, respectivamente.

#### 5.1.2 Ano de 2014: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2015

Os dados descritos neste tópico são fornecidos a partir do relatório de gestão 2014 do Banco da Amazônia (BRASIL, 2015), onde identificou-se que o FNO segue os itens estabelecidos em lei, políticas e diretrizes fixadas pelo Ministério da



Integração Nacional visando como objetivo maior o desenvolvimento regional. Sendo assim, o FNO alinhou-se por meio de quatro programas de financiamento que são:

- 1- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (BRASIL, 2015);
- 2- **Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FNO-Amazônia Sustentável:** destinado a incentivar as atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos (BRASIL, 2015);
- 3- **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica - FNO-Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais (BRASIL, 2015); e
- 4- **Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais - (FNO-MPE/EI):** criado com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento, como também, a potencialização de suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados (BRASIL, 2015).

Além do mais, os dados presentes no relatório mostram que o FNO também se apresenta alinhado ao CONDEL e da SUDAM e orientações estratégicas do Governo Federal através de políticas, planos e programas que atendam a Amazônia descritos no tópico anterior, no relatório de 2013 (BRASIL, 2014).

Com relação à ação creditícia o Banco da Amazônia atendeu todas as diretrizes e prioridades programadas para o exercício 2014.

Também, o FNO colaborou com alguns programas que tiveram como reflexos resultados alcançados para as execuções físicas das ações realizadas pela UJ, sendo eles apresentados no Quadro 5:

**Quadro 7 – Resultados alcançados por programa, exercício 2014**

<b>Nome do Programa</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Agricultura Familiar – PRONAF	No exercício de 2014, a meta financeira do Programa atingiu 139,1%. Esse número demonstra o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 416,55%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 201,08%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 278,51%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por Cooperativas e Associações.
Cultura; Preservação, Promoção e Acesso	O volume financeiro do Programa representou 51,92% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos artístico-culturais aquém do planejado.
Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	O volume financeiro do Programa representou 99,2% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	O volume financeiro do Programa representou 93,48% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis.
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	O volume financeiro do Programa representou 136,63% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis dos municípios da Operação Arco Verde.
Micro e Pequenas Empresas	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 128,87% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, elevando a disponibilização de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra na Região.
Pesca e Aquicultura	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 201,45% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável.

**Quadro 7 – Resultados alcançados por programa, exercício 2014 (Continuação)**

Trabalho, Emprego e Renda	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 60,72% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados fortaleceram a política de microcrédito produtivo orientado, com a promoção da universalização do acesso a essa modalidade de crédito.
Turismo	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 41,71% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados fortaleceram a política voltada para o setor de turismo, promovendo a sustentabilidade e a qualidade para o aumento da competitividade.
Turismo / MTUR	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 2,7% da meta estabelecida para o exercício de 2014. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a Região Norte dispor de uma única cidade-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Fonte: BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte:** relatório de gestão – exercício de 2014. Belém: Banco da Amazônia, 2015.

Os indicadores de eficácia, efetividade e eficiência na aplicação do FNO em 2014, foram: desempenho quantitativo do Fundo em termos de geração de emprego e renda, crescimento do PIB regional e outros indicadores macroeconômicos, bem como, no cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM, em consonância com a PNDR e demais políticas públicas voltadas para a Região (BRASIL, 2015).

### 5.1.3 Ano de 2015: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2016

No ano de 2015 o FNO tinha previsão para aplicar R\$ 5.160,0 milhões, com reembolso de R\$ 7.896,1 milhões e de desembolso de R\$ 2.736,1 milhões (BRASIL, 2016).

Porém, houve uma reprogramação orçamentária em decorrência de algumas rubricas tanto de origem quanto de aplicação de recursos. Portanto, a disponibilidade de recursos para aplicação nas atividades econômicas desenvolvidas na Região em 2015 corresponderam a R\$ 4.265,0 milhões, sendo a previsão de reembolso R\$ 8.063,3 milhões e de desembolso R\$ 3.798,3 milhões (BRASIL, 2016).

No exercício de 2015, o FNO seguiu os itens estabelecidos em lei, políticas e diretrizes fixadas pelo Ministério da Integração Nacional visando como objetivo maior o desenvolvimento regional. Sendo assim, o FNO alinhou-se por meio de cinco programas de financiamento que são:

- 1- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural;
- 2- **Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FNO-Amazônia Sustentável:** destinado a incentivar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, apoiando os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos;
- 3- **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica - FNO-Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- 4- **Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais - FNO-MPEI:** criado com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento, como também, a potencialização de suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados; e
- 5- **Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono - FNOABC:** destinado a incentivar o uso de técnicas sustentáveis mediante o financiamento de projetos agropecuários e florestais que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa na Região Norte, visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono.

Além do mais, o FNO no ano de 2015 contribuiu com alguns programas que tiveram como reflexos resultados alcançados para as execuções físicas e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade, sendo eles apresentados no Quadro 6:

**Quadro 8 – Resultados alcançados por programa, exercício 2015**

<b>Nome do Programa</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Agricultura Familiar – PRONAF	No exercício de 2015 a meta financeira do Programa atingiu 136,62%. Esse número demonstra o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas ao PRONAF, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor familiar, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 390,32%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito ao médio produtor rural, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 161,39%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. Houve, ao longo do exercício de 2015, um aumento da produtividade do setor agropecuário, como resultante do estímulo ao crescimento de financiamentos aos produtores rurais, bem como à adoção de meios sustentáveis de produção por parte dos agricultores regionais.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 177,92%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por Cooperativas e Associações. Ao longo do exercício de 2015, o Banco da Amazônia buscou, mediante contato direto com os agricultores regionais, fortalecer as associações e cooperativas rurais existentes na Região, mantendo a preocupação quanto à redução de custos produtivos. Em decorrência, foi registrado um crescimento na demanda por concessão de crédito à produção agrícola regional.
Cultura; Preservação, Promoção e Acesso	O volume financeiro do Programa representou 26,88% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido à apresentação de projetos artístico-culturais além do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento voltados para a atividade cultural regional, os números registrados ao término do exercício de 2015 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor de cultura.
Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	O volume financeiro do Programa representou 92,96% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável. O índice atingido no exercício está diretamente relacionado aos esforços desenvolvidos pelo Banco da Amazônia para o estímulo da atividade produtiva regional, seguindo a ótica da sustentabilidade. A execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que afetou, principalmente, os setores não rurais, comércio, serviços e indústria.

**Quadro 8 – Resultados alcançados por programa, exercício 2015 (Continuação – p. 2)**

Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	O volume financeiro do Programa representou 57,81% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, com ênfase na pesquisa e na utilização de instrumentos de adequação e regulação ambiental de imóveis rurais.
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	O volume financeiro do Programa representou 242,68% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis dos municípios da Operação Arco Verde.
Micro e Pequenas Empresas	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 64,56% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados através dos financiamentos às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, bem como a empreendedores individuais contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, elevando a disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Apesar dos esforços do Banco, com toda sua rede de distribuição voltada ao incentivo ao fomento das micro e pequenas empresas, a demanda por novos financiamentos foi afetada de forma significativa pela situação econômica do país, que influenciou na baixa demanda dessa linha de crédito.
Pesca e Aquicultura	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 344,40% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, contribuindo para o aumento da disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região.
Trabalho, Emprego e Renda	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 97,48% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Os resultados alcançados fortaleceram a política de microcrédito produtivo orientado, com a promoção da universalização do acesso a essa modalidade de crédito. O crédito disponibilizado foi responsável pelo estímulo à inclusão produtiva dos microempreendedores, contribuindo para o aumento da geração de trabalho e renda para esse segmento econômico.
Turismo	O volume financeiro do Programa representou o alcance de 37,26% da meta estabelecida para o exercício de 2015. Não obstante existir disponibilidade de recursos de financiamento voltados para o turismo, o baixo desempenho no setor foi afetado de forma significativa pela situação econômica do país, que teve como consequência a queda na renda das famílias, refletindo no setor de serviços voltados ao lazer.
Turismo / MTUR	Em 2015, o Banco da Amazônia não financiou empreendimentos hoteleiros nas cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 e nos entornos, localizadas na Amazônia, com recursos de fomento, em virtude do término da Copa do Mundo e a baixa lotação verificada nos empreendimentos hoteleiros na cidade de Manaus.

Fonte: BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte:** relatório de gestão – exercício de 2015. Belém: Banco da Amazônia, 2016.

Também houve o cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidos pela CONDEL/SUDAM para aplicação do fundo que estão de acordo com a PNDR e

outras políticas públicas da Região Norte, assim como os indicadores de eficácia, efetividade e eficiência na aplicação do FNO no exercício de 2015 (BRASIL, 2016).

Com relação ao desempenho financeiro e informações contábeis, os resultados mostram que no final de 2015, no ativo do Balanço Patrimonial, os registros apontam a disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 1.503, 6 milhões, com retratação de 43,8% relacionado às verificações no término de 2014, com o valor de R\$ 2.673, 9 milhões.

No aspecto do Patrimônio Líquido do FNO, o total foi de R\$ 20.824, 9 milhões, relacionando um incremento de 10,6% referente ao mesmo período de 2014, no valor de R\$ 18.830, 1 milhões. No que concerne o ativo circulante temos a disponibilidade e as operações de crédito, que atingiu R\$ 4.942,1 milhões.

#### 5.1.4 Ano de 2016: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2017

No exercício de 2016, nota-se, por meio do Relatório do Banco da Amazônia (BRASIL, 2017) que o FNO foi constituído em cinco programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI); e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

A aplicação dos recursos previstos do exercício 2016 somou o valor de R\$ 3.380,0 milhões, com o reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões (BRASIL, 2017).

Ainda, o FNO contribuiu com alguns programas que tiveram como reflexos resultados alcançados para as execuções físicas e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade (Quadro 7).

**Quadro 9 – Resultados alcançados por programa, exercício 2016**

<b>Nome do Programa</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Agricultura Familiar – PRONAF	No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 60,51% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base familiar, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas ao PRONAF, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor familiar, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 158,51% da meta financeira para o Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito ao médio produtor rural, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	O volume de contratações do Programa atingiu 125,89% da meta financeira do Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. Houve, ao longo do exercício de 2016, um aumento da produtividade do setor agropecuário, como resultante do estímulo ao crescimento de financiamentos aos produtores rurais, bem como à adoção de meios sustentáveis de produção por parte dos agricultores regionais.
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 34,35% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base rural, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas à agricultura de baixo carbono, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.
Cultura Regional	O volume de contratações do Programa atingiu 30,35% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos artístico-culturais aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento voltados para a atividade cultural regional, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor de cultura.



**Quadro 9 – Resultados alcançados por programa, exercício 2016 (Continuação – p. 2)**

Desenvolvimento Regional e Territorial	O volume de contratações do Programa atingiu 43,22% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à promoção do desenvolvimento regional sustentável aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor.
Agropecuária sustentável	O volume de contratações do Programa atingiu 121,06% da meta definida para o exercício de 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por cooperativas e associações de produtores rurais. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito às cooperativas e associações de produtores rurais, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.
Conservação e uso sustentável da Biodiversidade	O volume de contratações do Programa atingiu 21,71% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.
Micro e Pequenas Empresas	O volume de contratações do Programa atingiu 24,73% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor. Os resultados alcançados através dos financiamentos às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's, bem como a empreendedores individuais contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, elevando a disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Apesar dos esforços do Banco, com toda sua rede de distribuição voltada ao incentivo ao fomento das micro e pequenas empresas, a demanda por novos financiamentos foi afetada de forma significativa pela situação econômica do país, que influenciou na baixa demanda dessa linha de crédito.

**Quadro 9 – Resultados alcançados por programa, exercício 2016 (Continuação – p. 3)**

Pesca e Aquicultura	No exercício de 2016 a meta financeira do Programa atingiu 141,73%. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, contribuindo para o aumento da disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região.
Promoção do trabalho decente e economia solidária	O volume de contratações do Programa atingiu 45,87% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.
Turismo	O volume de contratações do Programa atingiu 7,63% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Não obstante existir disponibilidade de recursos de financiamento voltados para o turismo, o baixo desempenho no setor foi afetado de forma significativa pela situação econômica do país, que teve como consequência a queda na renda das famílias, refletindo no setor de serviços voltados ao lazer.

Fonte: BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2016. Belém: Banco da Amazônia, 2017.

Conforme o relatório de gestão, exercício de 2016, os recursos previstos somaram R\$ 3.380,0 milhões, com reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões (BRASIL, 2017).

Sobre a execução orçamentária do FNO para o exercício de 2016, que correspondeu a R\$ 3.380,0 milhões, onde R\$6.376,8 milhões em reembolsos e R\$2.996,8 milhões em desembolsos. No final, o total de reembolsos foi de R\$ 7.542,4 milhões (superior 18,3% da meta) e os desembolsos R\$ 4.453,0 milhões, ou seja, 48,6% acima da meta (BRASIL, 2017).

O Quadro 8 expõe os diversos tipos de contratações expostas pelo FNO, sendo elas: Contratações por Unidade Federativa, Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR, Contratações por Área Prioritária da PNDR, Contratações por Programa de Financiamento, Contratações por Setor Produtivo, Contratações por Finalidade do Crédito, Contratações por Linha de Financiamento, Contratações por Porte do Beneficiário, Contratações por Pessoa Física e Pessoa Jurídica, Contratações em Apoio à Agricultura Familiar, Contratações por Faixa de Valores, Contratações por Outras Instituições Financeiras, Contratações pela Primeira Vez, Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) e Ticket Médio das Contratações.

Com relação à priorização dos empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), foram financiados no sentido de valorizar a pequena produção de base familiar.

De acordo com o relatório do exercício de 2016 (BRASIL, 2017), sobre estes empreendimentos de pequeno porte, existem as seguintes informações:

- 1- Foram beneficiados com a contratação de 19.511 operações de crédito (99,1% das operações contratadas) e R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado);
- 2- Foram financiadas pelo Programa 14.432 operações de crédito, no valor de R\$ 423,6 milhões, gerando aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo.
- 3- O apoio financeiro do Banco da Amazônia aos agricultores familiares tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento na economia regional, a fixação do produtor no campo, a democratização do crédito, a inclusão social e bancária, a melhoria dos padrões de produção e qualidade de vida no meio rural amazônico, a viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e a geração de ocupações de mão de obra e renda para a população rural da Região.

A partir disto, os impactos macroeconômicos do FNO mostraram que o FNO contribuiu de forma potencial em R\$ 23.049,5 milhões do valor bruto regional, aumentando em R\$ 11.861,6 milhões do PIB da Região Norte, proporcionando 388.827 novos trabalhos no campo e em cidades, gerando salários em torno de R\$ 2.281,2 milhões. Também, contribuindo com a arrecadação de tributos em R\$ 3.287, 2 milhões.

Além disso, o Banco da Amazônia disponibilizou renegociações e recuperações de 743 operações de crédito do FNO, onde os estados do Pará com 354 operações (47,7%) e R\$ 33,0 milhões (51,2%) e o Tocantins com 153

operações (20,5%) e R\$ 19,6 milhões (30,4%) foram os estados que tiveram melhor desempenho relacionado a quantidade de operações renegociadas e recuperadas em valores.

Com relação às demonstrações financeiras, o relatório de exercício de 2016 apresentou tanto do fluxo de caixa e receitas e despesas, onde o relatório apresentou os seguintes dados referentes ao primeiro demonstrativo, fluxo de caixa:

- 1- Foi contratado o valor de R\$ 2.333,9 milhões com recursos do FNO (69,1% da previsão de contratação para o exercício, no valor de R\$ 3.380,0 milhões);
- 2- O Estado de Rondônia foi o que apresentou o melhor desempenho (superior 20,4% da previsão), seguido por Tocantins e Acre, respectivamente 98,1% e 72,2% da previsão;
- 3- Comparativamente com o exercício de 2015 (R\$ 3.964,9 milhões), as contratações realizadas no exercício de 2016 apresentaram uma retração de 41,1%;
- 4- Importante registrar que a retração nos financiamentos do Fundo verificada no exercício de 2016 decorreu, fundamentalmente, por força de fatores exógenos à política de crédito do Banco da Amazônia, ou seja, foi diretamente influenciada pela conjuntura econômica nacional.

Já os demonstrativos das receitas e despesas, as informações do relatório apontam que:

- 1- As receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, sendo compostas pela disponibilidade ao final de 2015, as transferências da União via Secretaria do Tesouro Nacional, os reembolsos de créditos em 2016, a remuneração das disponibilidades, o retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos e a recuperação de crédito;
- 2- O valor das despesas correspondeu a R\$ 2.996,8 milhões, contemplando a taxa de administração do Fundo, a despesa com auditoria externa, o bônus de adimplência, a despesa com *del credere*, os rebates, a remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF, os desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores e a

renegociação de créditos baixados.

#### 5.1.5 Ano de 2017: análise do Relatório de Gestão do FNO, edição 2018

O exercício de 2017 referente ao FNO mostrou que as prioridades espaciais quanto aos recursos foram: municípios localizados na faixa de fronteira da região norte e os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica. Também verificou-se o grau de desenvolvimento econômico e social, com foco maior nos estados de menor nível de renda e menor dinamismo econômico, quais sejam: Amapá e Roraima.

Com relação à descrição sintética dos objetivos do exercício os recursos previstos para aplicação em 2017 foram de R\$ 4.600,00 milhões, com a previsão de reembolso de R\$ 2.200,00 milhões e de desembolso de R\$ 1.799,28 milhões (BRASIL, 2018).

Referente à execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade, o relatório do exercício 2017 aponta que, na programação orçamentária do FNO para aplicação, temos R\$ 7.759,0 milhões que corresponderam aos recursos previstos e R\$ 3.159,0 milhões às aplicações de recursos. No término do período, o total das origens foi de R\$ 9.491,3 milhões (superior 22,3% da previsão) e das aplicações R\$ 4.553,3 milhões (44,1% acima da previsão), o que resultou em um desempenho satisfatório das contratações do FNO, no valor de R\$ 2.905,9 milhões (superior 24,5% em comparação às contratações realizadas em 2016) (BRASIL, 2018).

Ademais, o FNO no ano de 2017 contribuiu com alguns programas que tiveram como reflexos resultados alcançados para as execuções físicas e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade, sendo eles apresentados no Quadro 8, a seguir:

**Quadro 10 – Resultados alcançados por programa, exercício 2017**

<b>Nome do Programa</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Agricultura Familiar – PRONAF	O volume de contratações atingiu 72,85% da meta financeira do Programa, sendo superior ao percentual de 60,51% registrado no exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base familiar, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas ao PRONAF, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor familiar, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução do orçamento registrada no exercício de 2017 foi sensibilizada pela retomada do crescimento da economia, bem como, pelo desempenho satisfatório das contratações do FNO.
Agropecuária Sustentável	O volume de contratações do Programa superou em 171,20% a meta financeira para o Exercício 2017. Os números, sob uma macroanálise, superaram a marca de 158,51% registrada no exercício anterior e mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito ao médio produtor rural, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.
Agropecuária Sustentável	O volume de contratações do Programa superou em 55,27% a meta financeira do Exercício 2017. Os números, sob uma macroanálise, ultrapassaram a marca de 125,89% registrada no exercício anterior e mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. Houve, ao longo do exercício de 2017, um aumento da produtividade do setor agropecuário, como resultante do estímulo ao crescimento de financiamentos aos produtores rurais, bem como à adoção de meios sustentáveis de produção por parte dos agricultores regionais.
Agropecuária Sustentável	O volume de contratações atingiu 137,70% da meta financeira do Programa. O resultado, sensibilizado pela retomada do crescimento da economia, atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base rural, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas à agricultura de baixo carbono, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo.
Agropecuária Sustentável	O volume de contratações do Programa atingiu 95,60% da meta definida para o exercício de 2017. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por cooperativas e associações de produtores rurais. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito às cooperativas e associações de produtores rurais, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.

**Quadro 10 – Resultados Alcançados por Programa, exercício 2017 (Continuação – p. 2)**

Cultura regional	O volume de contratações do Programa atingiu 24,10% da meta estabelecida para o exercício de 2017, próxima do percentual de 30,35% registrado no exercício anterior. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos artístico-culturais aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento voltados para a atividade cultural regional, os números registrados ao término do exercício de 2017 indicam que a situação econômica do país ainda não se apresenta dinâmica o suficiente para reverter a baixa demanda do setor de cultura.
Desenvolvimento regional e territorial	O volume de contratações do Programa atingiu 72,65% da meta estabelecida para o exercício de 2017. Os resultados alcançados se mostraram superiores ao percentual de 43,22% registrado no exercício de 2016 e foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à promoção do desenvolvimento regional sustentável aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2017 indicam que a situação econômica do país já influencia de forma significativa a demanda do setor.
Micro e Pequenas Empresas	O volume de contratações do Programa atingiu 29,00% da meta estabelecida para o exercício de 2017. Os resultados alcançados, ainda que superiores ao percentual de 24,73% alcançados no exercício de 2016, foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2017 indicam que a situação econômica do país contribuiu para estimular financiamentos às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's, bem como a empreendedores individuais que contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, elevando a disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Apesar dos esforços do Banco, com toda sua rede de distribuição voltada ao incentivo ao fomento das micro e pequenas empresas, a demanda por novos financiamentos ainda se mostrou tímida, nada obstante a retomada do crescimento econômico.
Turismo	O volume de contratações do Programa superou em 23,35% a meta estabelecida para o exercício de 2017. Os números da demanda por recursos de financiamento voltados para o turismo refletiram uma melhora na renda das famílias, fruto da retomada do crescimento econômico do país, refletindo no setor de serviços voltados ao lazer.
Conservação e uso sustentável da Biodiversidade	O volume de contratações do Programa atingiu 145,90% da meta estabelecida para o exercício de 2017. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento. Estima-se que em função do momento de retomada do crescimento econômico do país, tenha contribuído para os níveis de demanda por esses financiamentos e, em decorrência, afetando os setores da economia.

**Quadro 10 – Resultados Alcançados por Programa, exercício 2017 (Continuação – p. 3)**

Pesca e Aquicultura	No exercício de 2017, o volume de contratações atingiu 72,90% da meta financeira do Programa. Os resultados alcançados atestam o elevado direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, contribuindo para o aumento da disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Os números registrados ao término do exercício de 2017 indicam que a situação econômica do país já influencia de forma significativa a demanda do setor.
Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	O volume de contratações do Programa atingiu 99,10% da meta estabelecida para o exercício de 2017. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Contudo, estima-se que a em função do momento econômico do país, com o indicativo da retomada do crescimento a economia, por pouco não foi alcançada a execução total do orçamento.

Fonte: BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia, 2018.

Sobre as contratações por Programa de financiamentos e seguimentos econômicos temos os seguintes dados:

- 1- **O Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)**, cujas linhas de financiamentos contemplam todos os setores econômicos e empreendimentos regionais, foi o que apresentou o maior desempenho, com a contratação de R\$ 2.314,8 milhões (79,7% do total contratado);
- 2- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)**, com o valor de R\$ 349,7 milhões (12,0%);
- 3- **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade)**, o **Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC)** e o **Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI)**, juntos contrataram R\$ 241,4 milhões (8,3%).

O relatório aponta que o Estado do Pará foi o que mais contratou recursos nos programas FNO-PRONAF, FNO-Amazônia Sustentável e FNO-Biodiversidade; enquanto nos programas FNO-ABC e FNO-MPEI a maior demanda foi do Estado de Rondônia (BRASIL, 2018).



Os dados apontam que os setores econômicos que demandaram recursos do FNO no ano de 2017 foram:

- 1- Agropecuária, com R\$ 1.498,0 milhões (51,6% do total contratado);
- 2- Comércio e serviço, com R\$ 700,0 milhões (24,1%); e
- 3- Agricultura familiar, com R\$ 349,7 milhões (12,0%).

Assim, observa-se que esses segmentos demandaram 87,7% das contratações realizadas neste período de 2017.

Pode-se constatar que os efeitos dos impactos proporcionados pelos recursos do FNO no ano de 2017 permitiram o valor de R\$ 2.905,9 milhões que impactaram de forma significativa a economia local, regional e nacional. Portanto, este impacto foi nos seguintes âmbitos: elevação do produto, da renda, do emprego, dos salários e da arrecadação tributária nas regiões onde se efetivam os empreendimentos financiados, bem como em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, via efeito transbordamento (BRASIL, 2018).

Além disso, outros benefícios foram encontrados:

- 1- No que se refere ao valor bruto da produção, os financiamentos do FNO geraram efeitos mais impactantes na agropecuária, outras indústrias, agroindústria e serviços. Esses segmentos deverão contribuir com 75,0% (R\$ 22.011,5 milhões) do valor bruto da produção regional obtido pela ação creditícia do Fundo;
- 2- Quanto ao PIB da Região Norte, os segmentos econômicos que mais produzirão efeitos na sua formação, via financiamentos do FNO, são agropecuária, serviços, outras indústrias e comércio e transporte, participando com 75,8% (R\$ 11.457,9 milhões);
- 3- A massa salarial estimada em decorrência dos financiamentos concedidos pelo Fundo, no valor de R\$ 2.885,1 milhões, deverá ser fortemente influenciada pelos segmentos de serviços, comércio e transporte, agropecuária e outras indústrias, os quais deverão contribuir com 79,2% (R\$ 2.286,4 milhões) dos salários obtidos;
- 4- Com relação à variável tributo, os maiores efeitos dos impactos dos financiamentos do FNO deverão ser proporcionados pelos segmentos de outras indústrias, agroindústria, infraestrutura e comércio e transporte (R\$ 3.344,0 milhões), representando 76,6% da arrecadação de tributos a ser gerada;

5- Quanto à criação de novas oportunidades de trabalho, os segmentos econômicos mais beneficiados pelos financiamentos do Fundo deverão ser agropecuária, comércio e transporte e serviços, com a geração de 452.302 empregos (88,2% da quantidade de empregos gerados).

E, por fim, referente aos créditos liquidados, o exercício 2017 apontou 1.443 operações de crédito do FNO, sendo 1.209 (83,8%) operações do setor rural e 234 (16,2%) operações dos demais setores. Referidas liquidações totalizaram R\$ 717,0 milhões, com R\$ 426,3 milhões do setor rural (59,5%) e R\$ 290,7 milhões dos demais setores (40,5%) (BRASIL, 2018).

#### 5.1.6 Consolidação dos dados: resultados alcançados de 2013 a 2017

**Quadro 11 – Consolidação de registros dos resultados de 2013 a 2017**

PROGRAMA	META ALCANÇADA (%)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Agricultura Familiar – PRONAF	130,70	139,10	136,62	60,51	72,85
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais	240,70	416,50	390,32	158,51	171,20
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - Concessão de crédito aos produtores rurais: Bancos Públicos	134,30	201,08	161,39	125,89	155,27
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações: Bancos Públicos Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais	473,00	278,51	177,92	121,06	137,70
Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	268,70	51,92	26,88	30,35	24,10
Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	101,50	99,20	92,96	43,22	72,65
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios - financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas	316,60	93,48	57,81	21,71	29,00
Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios - Fomento às atividades agrícolas sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde	85,30	136,63	242,68	21,71	145,90
Micro e Pequenas Empresas	165,30	128,87	64,56	24,73	29,00
Pesca e Aquicultura	270,90	201,45	344,40	141,73	72,90
Trabalho, Emprego e Renda	541,70	60,72	97,48	45,87	99,10
Turismo	471,40	41,71	37,26	7,63	23,35
Turismo / MTUR	27,70	2,70	-	-	-

Fonte: BRASIL. Relatórios de Gestão do FNO: 2013-2017. Dados consolidados pelo autor.

De acordo com o Quadro 11, o Programa PRONAF terminou o período

considerado em queda (72,85%), se comparado com o ano 2013 (130,70%), porém, acima de 50% da meta estabelecida. Conforme o gestor do FNO, esse resultado superior em relação a 2016 foi sensibilizado com a retomada do crescimento da economia, combinado com o desempenho satisfatório das contratações do FNO.

O Programa Agricultura Sustentável, na modalidade Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais cumpriu suas metas com destaque para o ano 2014, de onde se observa o índice de 416,50%. O resultado de 2017 também superou o ano 2016, com o mesmo argumento do gestor do Fundo em relação ao Programa PRONAF.

Quanto ao Programa Agricultura Sustentável, na modalidade Concessão de Crédito aos Produtores Rurais – Bancos Públicos, também obteve melhor resultado em 2014, alcançando 201,8%. No final do período, somou 155,27%, índice maior que 2016, quando obteve 125,89%.

Já para o Programa Agricultura Sustentável, na modalidade Concessão de crédito às Cooperativas e Associações, observou-se o melhor resultado em 2015 (473%). Em 2017, constatou-se melhora em relação a 2016, com 137,7 % contra 121,06%, também justificado pelo gestor do Fundo como reflexo da retomada do crescimento da economia nacional.

Quanto ao Programa Cultura (preservação, promoção e acesso), o ano 2013 registrou um índice merecedor de destaque, 268,70%. Os demais anos apresentaram queda expressiva, culminando com, apenas 24,1% em 2017, resultado pior que 2016. Segundo o administrador do FNO, isso ocorreu porque a apresentação de projetos artístico-culturais foi aquém do planejado.

Em relação ao Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, observou-se que a meta foi alcançada somente em 2013, com 101,5%, seguindo-se quedas nos anos seguintes e uma recuperação em 2017, com resultado de 72,65% da meta estabelecida. Entretanto, esse progresso se deu por conta do fortalecimento da economia.

Sobre o Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, na modalidade financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, se constatou excelente cumprimento de meta em 2013, com 316,6% de registro. Nos anos seguintes, houve queda acentuada que culminou em, apenas, 29% em 2017. Conforme o gestor do FNO, não obstante os esforços do BASA e toda sua rede de

agências, a demanda por novos financiamentos ainda se mostrou fraca para o período, muito embora tenha ocorrido a retomada do crescimento econômico do país.

Quanto ao Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, na modalidade Fomento às atividades agrícolas sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde, o melhor cumprimento da meta ocorreu em 2015, com índice de 242,68%, fechando o período em alta, com 145,9% em 2017. O fracasso ocorreu em 2016 (21,71%) porque, para o administrador do FNO, o momento econômico de crise contribuiu para redução da demanda.

Em relação ao Programa Micro e Pequenas Empresas, o melhor resultado foi observado em 2013, com 165,3% da meta estabelecida. Depois, ocorreram quedas sucessivas fechando com ligeiro crescimento, em 2017, com 29% da meta, também com a justificativa de que a retomada do crescimento econômico contribuiu para essa melhoria.

No que se refere ao Programa Pesca e Aquicultura, o melhor resultado aconteceu em 2015, com 344,4%. Apenas em 2017 não houve cumprimento da meta, com alcance de 72,9%. Segundo o BASA, gestor do FNO, a crise econômica ainda refletiu nesse resultado.

Sobre o Programa Trabalho, Emprego e Renda, 2013 foi o ano de excelente resultado, com 541,7% da meta cumprida. Depois, expressivas quedas até alcançar um crescimento no final do período analisado, 2017, com 99,1%, bem melhor que 2016, quando não se alcançou a metade, com apenas 45,87%, justificada pela crise econômica daquele ano.

Quanto ao Programa Turismo, somente o ano de 2013 registrou sucesso, com 471,4%. Nos anos seguintes, nem a metade das metas foram alcançadas com um resultado inexpressivo em 2016 (7,63%), com melhora no ano seguinte, subindo para 23,35%. A crise econômica em 2016 e a retomada do crescimento, em 2017, justificam a queda e melhora do quadro.

Em relação ao Programa Turismo, a modalidade MTUR somente recebeu incentivo em 2013, cumprindo 27,7% da meta, e em 2014, com apenas 2,7% da meta sendo alcançado. O gestor do FNO justificou a descontinuidade do Programa porque o mesmo foi criado para fomentar a atividade hoteleira para o período da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil.

Assim, constatou-se que a gestão do FNO, não obstante tenha realizado

esforço para cumprimento das metas, teve de suportar insucessos, com destaque para o ano de 2016, devido à crise econômica enfrentada naquele ano.

Entre 2013 e 2015, os números mostram que a gestão conseguiu alcançar bons resultados. Também, registra-se que, a partir da retomada do crescimento econômico, em 2017, os resultados mostraram melhoria em relação às metas estabelecidas.

## 5.2 Registros da aplicação de recursos do FNO no Município de Paragominas (PA)

No tocante à aplicação dos recursos do FNO, relativo ao município de Paragominas, o Quadro 12, a seguir, apresenta os valores dos contratos assinados no período de janeiro de 2013 até dezembro de 2018, com destaque às atividades agrícola e pecuária.

**Quadro 12 – Contratos FNO no município de Paragominas: 2013 a 2018**

(Valor em milhão)

Período	Atividade	Finalidade				Total	
		Quant. Custeio	Valor Custeio	Quant. Invest.	Valor Invest.	Quant.	Valor
Jan a Dez 2013	Agrícola	16	5.637.427,77	68,00	5.339.918,54	84	10.977.346,31
	Pecuária	3	84.146,60	226,00	3.242.664,97	229	3.326.811,57
	Total	9	5.721.574,37	294,00	8.582.583,51	313	14.304.157,88
Jan a Dez 2014	Agrícola	24	17.388.060,52	43	8.769.293,64	67	26.157.354,16
	Pecuária	6	3.479.033,80	116	5.340.957,09	122	8.819.990,89
	Total	30	20.867.094,32	159	14.110.250,73	189	34.977.345,05
Jan a Dez 2015	Agrícola	15	13.107.670,69	16	9.873.092,37	31	22.980.763,06
	Pecuária	5	3.173.768,05	62	6.635.815,60	67	9.809.583,65
	Total	20	16.281.438,74	78	16.508.907,97	98	32.790.346,71
Jan a Dez 2016	Agrícola	18	19.359.757,23	10	873.120,86	28	20.232.878,09
	Pecuária	4	129.365,58	2	12.250,00	6	141.615,58
	Total	22	19.489.122,81	12	885.370,86	34	20.374.493,67
Jan a Dez 2017	Agrícola	15	21.408.300,45	14	8.606.907,50	29	30.015.207,95
	Pecuária	2	4.728.000,00	17	958.803,83	19	5.686.803,83
	Total	17	26.136.300,45	31	9.565.711,33	48	35.702.011,78
Jan a Dez 2018	Agrícola	10	23.425.706,28	6	2.961.622,83	16	26.387.329,11
	Pecuária	15	9.566.172,14	18	4.878.081,11	33	14.444.253,25
	Total	25	32.991.878,42	24	7.839.703,94	49	40.831.582,36
Total dos valores no período: 178.979.937,45							

Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Crédito Rural. Brasília, DF, 2019. Adaptado pelo autor.

Conforme o Quadro 12, se observa que houve crescimento do valor aplicado no período considerado, excetuando-se uma pequena queda entre 2014 e 2015 e um decréscimo entre 2015 e 2016. Destaca-se que a atividade agrícola supera a

pecuária tanto em número de contrato como no valor do financiamento. Ainda, destaca-se o total em 2018 o qual superou R\$ 40 milhões. No período em estudo, a aplicação dos recursos do FNO somou quase R\$ 179 milhões.

O diagnóstico agrícola do município, em 2014, elaborado por técnicos da Embrapa, indicou a existência de 54 propriedades produtoras de grãos até aquele ano e a área total com plantio mecanizado de grãos é de 36.023 ha, dividido em 8.631 ha de arroz, 15.837 ha de milho e 11.555 ha de soja (ALVES; CARVALHO; SILVA, 2014).

Simões (2018) observou que ocorreu intensificação das pastagens entre os anos 2004 e 2017 e concluiu que o isso foi motivado pelo cumprimento às leis ambientais, da assistência técnica adequada e pela expansão das lavouras de grãos. Ainda, a proximidade das propriedades das margens de rodovias, tais como a BR 010, a PA 125 e a PA 256, proporcionou essa intensificação em sua maior parte, onde há maior concentração da atividade agrícola mecanizada.

A proximidade às áreas urbanas e eixos rodoviários do município facilitou o escoamento da produção, a contratação e treinamento de mão de obra e o uso da infraestrutura de comércio de insumos e armazenamento dos produtos (SIMÕES, 2018, p. 72).

Cumprido ressaltar que os recursos financeiros necessários à intensificação da lavoura e da pecuária são provenientes de financiamentos obtidos junto aos bancos, com destaque ao FNO, por meio do Banco da Amazônia.

O Banco da Amazônia é reconhecido por seus clientes os quais se têm mostrado muito satisfeitos com o crescimento de seus negócios, proporcionados pelos financiamentos obtidos com recursos do FNO.

Destacou-se de uma publicação, de 13/05/2018, o seguinte depoimento de um produtor rural de Paragominas:

“Sempre recebemos o apoio necessário e fizemos negócios com o Banco da Amazônia, tanto para investimento em compra de equipamentos, quanto para o custeio agrícola, voltados à finalidade de produção”, confirma Carminati. Nesses 20 anos de relacionamento, o empresário recorreu a várias linhas de financiamento, incluindo o FNO Amazônia Sustentável (CARMINATI, 2018 apud MENEZES, 2018).

Entretanto, não há satisfação entre todos os clientes. Na publicação supracitada, há um comentário de um leitor o qual escreve que o Banco só financia

para empresário rico, deixando de assistir mini e micro produtores rurais.

À luz dos registros contidos no Quadro 12 e das observações dos autores supracitados, se verifica que a intensificação das atividades agrícola e pecuária está combinada com o aumento dos valores de custeio para essas atividades, denotando que os recursos do FNO têm sido aplicados de maneira satisfatória e seus resultados apontam para o crescimento do município de Paragominas.

Portanto, esse nível de satisfação e crescimento só foi possível porque o Banco da Amazônia tem gerido com eficácia a aplicação dos recursos que tem sob sua responsabilidade.

Cumpram destacar que a instituição não é responsável somente em liberar os recursos para financiamento, pois a gestão do Fundo se inicia com o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do FNO, elaborado um para cada Estado da Amazônia no ano anterior ao exercício financeiro. A correta distribuição, proporcional às necessidades de cada ente da Federação é baseada em estudos analisados pelas equipes do Banco.

Após as liberações dos recursos, é realizada fiscalização constante por empregados qualificados em permanente especialização, tudo com objetivo comprovar se o dinheiro está sendo utilizado na forma contida no projeto encaminhado à agência pelo cliente.

Ainda, desde a fase de cadastro do cliente, o Banco realiza levantamentos a fim de comprovar a correta destinação do financiamento pleiteado pelo cliente, tudo com objetivo de gerir de maneira eficaz o recurso oriundo da contribuição do cidadão brasileiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do FNO e sua estrutura administrativa não são próprias do Fundo, mas tem como agente principal o Banco da Amazônia (BASA) e sua estrutura com essa importante tarefa. De fato, seria moroso que o planejamento e a administração dos recursos para financiamento fossem oriundos de um agente o qual não fosse financeiro.

O Banco cumpre as determinações do Governo Federal por intermédio de Leis e órgãos regulamentadores, ou seja, o BASA não atua sozinho. Entretanto, todo o planejamento, execução e fiscalização cabem a este agente financeiro.

Importante ressaltar que o BASA possui pessoal com preparo e expertise e, na atualidade, não há outro agente financeiro que possa substituí-lo na gestão do FNO, pois a formação de seus empregados e a interligação com os órgãos Federais, Estaduais, Municipais, instituições de ensino públicas e privadas, assistências técnicas, dentre outros, se constitui em um conjunto especializado em conhecer as necessidades da Região Norte e da Amazônia Legal.

Esta pesquisa permitiu constatar que o FNO, se bem administrado, pode contribuir para o desenvolvimento da Amazônia com projetos sustentáveis. Os relatórios de gestão analisados têm mostrado que o planejamento e as ações executadas pelo BASA são condizentes com as políticas e regras do Fundo e resultam no financiamento de projetos os quais têm contribuído para a geração de emprego e renda para a Região.

Cumpramos ressaltar que há fatos os quais podem interferir de maneira negativa e os resultados não sejam alcançados. Na análise dos dados da pesquisa, se constatou que a crise econômica que atingiu o Brasil, com destaque para o ano 2016, prejudicou a execução das atividades planejadas pela gestão do FNO. Ou seja, mesmo que a gestão busque minimizar os riscos, pode ocorrer fatos os quais interfiram nos resultados, fazendo com que a gestão esteja permanentemente acompanhando não só o presente, mas, também, analisando projeções para o futuro.

Entendemos que é possível aproximar mais o FNO do cliente da área de varejo, pois, não obstante a existência de programas específicos, tal qual o “Amazônia Florescer”, voltado para o pequeno comerciante, não vislumbramos que referido Programa atinga um elevado número desse público-alvo. Nesse contexto, a



gestão do FNO poderia utilizar ações de publicidade com objetivo de aproximar este cliente do comércio varejista que não se enquadra como produtor rural ou industrial e que se constitui em um potencial cliente para o Banco, pois o FNO proporciona financiamentos com baixas taxas de juros e bom prazo de carência.

A gestão do FNO e sua estrutura administrativa se realizada com eficácia, muito pode contribuir para que os objetivos das políticas públicas sejam alcançados para o desenvolvimento da Região Norte e da Amazônia Legal, pois os resultados apresentados nos relatórios de gestão e nos relatórios das atividades desenvolvidas mostram que o BASA busca a excelência no planejamento, na execução e no controle do Fundo que tem sob sua responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Jornada de seminários participativos para indicação de referências locais prioritárias no planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia:** arranjos produtivos locais. Belém, 2004.

ALVES, Luis Wagner Rodrigues; CARVALHO, Eduardo Jorge Marklounf; SILVA, Luiz Guilherme Teixeira. **Diagnóstico agrícola do município de Paragominas, PA.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento/Embrapa Amazônia Oriental, 91). Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MtjoVnmz3rkJ:https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/988380/1/BPD91.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clink&gl=br>>. Acesso em 20 out. 2019.

AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil.** São Paulo: USP; IPE, 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Crédito Rural:** contratações. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Caso de sucesso:** Coopernorte (PA). Belém, 2017. 1 vídeo (3:30 min). Publicado pelo canal Banco da Amazônia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1IIUIh6-M>>. Acesso em: 25 out. 2019. Vídeo.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Declarações estratégicas.** 2019c. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/declaracoes-estrategicas>. Acesso em: 08 set. 2019.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte** (Leis nº 7.827/1989, 9.126/1995 e 10.177/2001): Processo de contas ordinárias do exercício de 2017 – Relatório de Gestão. Belém, 2018. 140 p.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Fundo Constitucional do Norte (FNO).** 2019b. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/fno>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BANCO DA AMAZÔNIA. **História e marca.** 2019a. Disponível em: <<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Imprensa:** editais públicos de patrocínios. Belém, 2019. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/imprensa>. Acesso em: 20 out. 2019.

BARRO, R.J. Education and economic growth. In: HELLIWEL, J.F (Ed.). **The contribution of human and social capital to sustained economic growth and well-being**. Québec: OCD, 2001. p.14-41.

BASTOS, Luiza et al. **Banco da Amazônia 70 anos**. Belém: PWL; Banco da Amazônia, 2012.

BLATT, Adriano. **Avaliação de risco e decisão de crédito**: um enfoque prático. São Paulo: Nobel, 1999.

BECKER, Howard S. **Método de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: Processo de Contas Ordinárias do Exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Fundos Constitucionais de Financiamento. 2015. Disponível em: <http://mi.gov.br/fundos-constitucionais-de-financiamento>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**: regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional do Centro-oeste - FCO e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2016. Belém: Banco da Amazônia, 2017.

BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia, 2018.

BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2013. Belém: Banco da Amazônia, 2014.

BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2014. Belém: Banco da Amazônia, 2015.

BRASIL. República Federativa. **FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório de gestão – exercício de 2015. Belém: Banco da Amazônia, 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Desempenho Operacional**: Fundos Constitucionais de Financiamento – 20 anos. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, DF, 2009.

BUENO, João Vitor; MARTINS, Miriam Ortega; DA SILVA, Alexandre Adilio Luiz. A importância da análise e concessão de crédito: estudo de caso em uma agroavícola de Cascavel – PR. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS, 1., 2015. **Anais...** Cascavel, PR, 2015.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 1 01-141, 1997.

CANO, Wilson. A desconcentração espacial da indústria paulista. **Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, Brasília, n. 1, p. 18-22, 2006.

CAQUETTE, John B.; ALTMAN, Edward I.; NARAYANAN, Paul. **Gestão do risco de crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

COSTA, D.M.; LOPES, M.L.B.; REBELLO, F.K.; SANTANA, A.C. **Oportunidades de negócios na cadeia florestal da Amazônia brasileira**. Belém: Banco da Amazônia, 2010. (Estudos setoriais, 8).

COSTA, F.A. **O FNO e o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: UFPA-NAEA, 2002. Mimeografado.

COSTA, F.A. políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L.R.; COSTA, F.A. **Campesinato e estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília, DF: FASE, 2000. p. 63-106.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DE PAULA, João Antônio. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.17, n.1, p. 1-19, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 01, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional da indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: UFMG, 1991. (Tese de Professor Titular).

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para discussão; n. 375).

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Para onde irão as indústrias. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005. p. 63-97.

DOMINGUES, I. Em busca do método. In: \_\_\_\_\_. **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IEAT, 2004. p. 17-40.

FERREIRA, Esther William. **Fundos Constitucionais e o financiamento do desenvolvimento via bancos públicos**: uma análise da distribuição de recursos do FNE. 267 f. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

FILGUEIRAS, G. C.; CORRÊA, M.N.; SANTANA, A.C. Análise do mercado e da concentração espacial da cadeia produtiva da soja na Amazônia. Belém: Banco da Amazônia, 2007. (Estudos setoriais, 4).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia & sociedade**, Campinas, n.3, p.37-42, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 24., Rio de Janeiro, 1996. p. 480-498.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Barros (Org.). **Desigualdade regional e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 13-59.

GURGEL, Ângelo Costa et al. Instrumentos de política regional: Finam e FNO. In: BRAGA, Marcelo José et al. **O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e a estrutura da economia regional**: uma análise de equilíbrio geral. Belém: Banco da Amazônia, 2013. (Estudos de impactos do FNO, 4).

HOMMA, A. K. O. sinergia de mercados como indicador para aplicação dos recursos do FNO na Amazônia. In: SANTANA, A. C. de (Org). **O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: M & S Editora, 2002. p. 159-348.

HOMMA A. K. O.; SANTANA, A. C. A agroindústria na Região Norte In: ZIBETTI, Darcy; BARROSO, Lucas. **Agroindústria**: uma análise no contexto socioeconômico e jurídico brasileiro, São Paulo: LEUD, 2009.v.1, p. 19-43.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 26 dez. 2019.

IRFFI, Guilherme; ARAÚJO, José Iranildo da Silva; BASTOS, Felipe de Sousa. **Efeitos heterogêneos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste na Região do Semiárido**. 2015. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/documents/160445/960759/EFEITOS\\_HETEROGENEOS\\_DO\\_FUNDO\\_CONSTITUCIONAL\\_DE\\_FINANCIAMENTO\\_DO\\_NORDESTE\\_NA\\_REGIAO\\_DO\\_SEMIARIDO.pdf/883e90c6-d3b6-4579-88fa-4145ae0a8464](https://www.bnb.gov.br/documents/160445/960759/EFEITOS_HETEROGENEOS_DO_FUNDO_CONSTITUCIONAL_DE_FINANCIAMENTO_DO_NORDESTE_NA_REGIAO_DO_SEMIARIDO.pdf/883e90c6-d3b6-4579-88fa-4145ae0a8464)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

KASZNAR, Istvan. **Gestão financeira no setor público**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Práticas de gestão. Série Gestão Pública).

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

MATTOS, C.A.C.; SANTANA, A.C.; PINTO, W. S.; CARDOSO, A.J.G.G; COSTA, N.L.

Características socioeconômicas e ambientais dos sistemas de produção da pecuária do estado do Pará. **Revista de Ciências Agrárias**, Belém, v.53, p.150 – 158, 2010.

MACEDO, Fernando César; MATOS, Elmer Nascimento. O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 29, n.2, 2008. Disponível em:

<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2181/2575>. Acesso em: 04 set. 2019.

MENEZES, Carol. Banco da Amazônia apresenta investimentos que ajudam o agronegócio no Pará. Diário do Pará [online], **Belém**, ano 35, n. 12.337, 13 maio 2018. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-507836-banco-da-amazonia-apresenta-investimentos-que-ajudam-o-agronegocio-no-para.html>>. Acesso em: 19 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 239-262, jul./set. 1993.

NURKSE, R. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Guilherme resende; ARRIEL, Marcos Fernando; DA SILVA, Everaldo Leite. **Macro-impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): o caso de Goiás**. Goiânia, 2014. disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/macroimpactos-fco-o-caso-de-goias.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

PACHECO, Carlos A. **A fragmentação da nação**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

PACHECO, Carlos A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão; n. 633).

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

REBELLO, F.K.; SANTOS, M.A.S.; SOUZA, D.M.F. Modernização da agricultura: contribuições do Banco da Amazônia no período 1989-2007. **Contexto Amazônico**, Belém, p.1-4,2008.

RESENDE, G. M. **Micro e Macroimpactos de Políticas de Desenvolvimento Regional: o caso dos empréstimos do FNE-Industrial no Estado do Ceará**. Brasília, DF: IPEA, 2013. (Texto para Discussão, n. 1777).

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SABOIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa — um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 2002.

SABOIA, João. A indústria brasileira no Nordeste e as desigualdades inter e intra-regionais. **Revista Econômica**, Niterói: UFF, v. 6, n. 1, p. 61-102, 2004.

SANTANA, A.C. **Arranjos produtivos locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento**. Belém: ADA , 2004.

SANTANA, A. C. Cadeias produtivas setoriais e o curso do desenvolvimento local na Amazônia. In: ALBUQUERQUE, Ana Christina S.; Silva, Aliomar Gabriel da (Ed.). *Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas institucionais e políticas*. Brasília, DF: Embrapa, 2008.v.2, p.275-291.

SANTOS, Amilca Ferreira; BRITO, Elka T. Ferreira Santos; SANTOS, Kadidja Ferreira. Análise da política de crédito adotada pelas microempresas de confecção do Município de Solânea-PB como dispositivo de marketing e vendas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; FOCA, Eliana Miranda. **Aspectos teóricos de crédito e risco nas operações a varejo**. 2019. Disponível em: <http://www.etecnico.com.br/paginas/mef12538.htm>. Acesso em: 02 set. 2019.

SCHUMPETER, Josephe Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito - Concessão e gerência de empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SIMÕES, Isabela Ordine Pires da Silva. **Análise da intensificação da pastagem no município de Paragominas-PA entre os anos de 2004 e 2017**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eSeZV8\\_SQnAJ:repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331958/1/Simoes\\_IsabelaOrdinePiresDaSilva\\_M.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eSeZV8_SQnAJ:repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331958/1/Simoes_IsabelaOrdinePiresDaSilva_M.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 20 out. 2019.

SIMPLICIO, Francielli Teixeira. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO: a contribuição da gestão na Região Amazônica no período de 2007 a 2012**. 27 f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Fundação Universidade de Rondônia, 2014.

SUDAM. Fundo Constitucional do Norte –FNO. Belém, 2019. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

TAVARES, Ricardo Ferro. **Crédito e cobrança**. São Paulo: Atlas, 1988.



## ANEXO 1 – ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS DO FNO POR ESTADO: 2013 A 2017

**Figura 4** – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2013

Estado	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
Previsão (R\$ Milhões)	320,0	233,0	884,0	1.400,0	790,0	233,0	790,0	4.650,0
Realizado (R\$ Milhões)	312,48	91,50	1.062,99	1.575,46	764,80	103,12	808,86	4.719,20
Índice de Consec. (%)	97,6%	39,3%	120,2%	112,5%	96,8%	44,3%	102,4%	101,5%

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório as atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos – exercício de 2013. Belém: Banco da Amazônia (2014).

Conforme a Figura 4, se observa que, na totalidade, o FNO ultrapassou a meta estabelecida pela gestão. Os dois menores Estados da Região Norte, Amapá e Roraima, não contemplaram o atingimento da meta estabelecida.

Os demais Estados superaram ou chegaram bem próximo das metas de aplicação do FNO no exercício 2013. De acordo com o gestor do Fundo, Roraima, mesmo tendo alcançado 44,3% da meta, obteve melhora, se comparado com o ano anterior, nesse caso, crescendo 10,4%. Destacou-se porque obteve o maior crescimento no exercício. Entretanto, o Estado do Amapá teve o pior desempenho, pois o índice de 39,3%, em 2013, significou um decréscimo em relação a 2012, quando obteve 44,0%.

**Figura 5** – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2014

Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Total
Metas para 2014	378,0	270,0	1.026,0	1.620,0	918,0	270,0	918,0	5.400,0
Realizado em 2014	283,4	74,4	975,9	1.726,5	1.214,0	42,8	1.039,9	5.356,9
Índice de Consecução (%)	75,0	27,6	95,1	106,6	132,2	15,9	113,3	99,2

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório as atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos – exercício de 2014. Belém: Banco da Amazônia (2015).

Durante o exercício 2014, as contratações atingiram 99,2% da meta estabelecida para o exercício. Pará, Rondônia e Tocantins cumpriram suas metas. Amapá e Roraima apresentaram os piores resultados, bem abaixo da meta estabelecida.

**ANEXO 1 – ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS DO FNO POR ESTADO:  
2013 A 2017 (CONTINUAÇÃO)**

**Figura 6** – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2015

Discriminação	UF							Total
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	
Previsão para 2015	298,5	213,3	810,4	1.279,5	725,0	213,3	725,0	<b>4.265,0</b>
Realizado em 2015	197,9	69,6	333,9	1.475,5	943,0	31,1	913,9	<b>3.964,9</b>
Índice de Consecução (%)	66,3	32,6	41,2	115,3	130,1	14,6	126,1	<b>93,0</b>
Realizado em 2014	283,4	74,4	975,9	1.726,5	1.214,0	42,8	1.039,9	<b>5.356,9</b>
Comparação entre 2015 e 2014 (%)	-30,2	-6,5	-65,8	-14,5	-22,3	-27,3	-12,1	<b>-26,0</b>

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório as atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos – exercício de 2015. Belém: Banco da Amazônia (2016).

De acordo com a Figura 6, em 2015, o índice de consecução de metas alcançou 93,0% da previsão de contratação para o período. Rondônia, Tocantins e Pará foram os Estados com melhor desempenhos. Entretanto, comparando com o exercício de 2014, as contratações em 2015 apresentaram um recuo de 26,0%, destacando o Estado do Amazonas, com recuo de 65,8%.

Conforme o gestor do FNO, esse recuo em relação ao exercício anterior se deu, basicamente, devido à ação de fatores exógenos à política de crédito do BASA, qual seja, diretamente influenciado pela conjuntura econômica do país.

**ANEXO 1 – ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS DO FNO POR ESTADO:  
2013 A 2017 (CONTINUAÇÃO)**

**Figura 7** – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2016

Discriminação	UF							Total
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	
<b>Previsão Exercício de 2016</b>	236,6	169,0	642,2	1.014,0	574,6	169,0	574,6	<b>3.380,0</b>
<b>Realizado Exercício de 2016</b>	170,8	31,6	162,5	642,9	692,0	70,6	563,5	<b>2.333,9</b>
<b>Índice de Consecução (%)</b>	72,2	18,7	25,3	63,4	120,4	41,8	98,1	<b>69,1</b>
<b>Realizado Exercício de 2015</b>	197,9	69,6	333,9	1.475,5	943,0	31,1	913,9	<b>3.964,9</b>
<b>Comparação entre Exercícios de 2016 e 2015 (%)</b>	-13,7	-54,6	-51,3	-56,4	-26,6	127,0	-38,3	<b>-41,1</b>

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório as atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos – exercício de 2016. Belém: Banco da Amazônia (2017).

Segundo a Figura 7, durante o exercício de 2016, observa-se que o índice de consecução de metas do Fundo registrou 69,1% da previsão de contratação, bem abaixo de 93,0% obtido em 2015, ou seja, houve retração de 41,1%. O Estado de Rondônia obteve melhor desempenho e foi o único a superar a meta estabelecida.

Consoante o gestor do FNO, referida retração nos financiamentos do FNO se deu, novamente, devido à ação de força de fatores exógenos à política de crédito do BASA, ou seja, diretamente influenciado pela conjuntura econômica do Brasil, no período considerado.

**ANEXO 1 – ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS DO FNO POR ESTADO:  
2013 A 2017 (CONTINUAÇÃO)**

**Figura 8** – Índice de consecução de metas do FNO por Estado: 2017

Discriminação	UF							Total
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	
Previsão Exercício de 2017	322,0	138,0	874,0	1.426,0	874,0	92,0	874,0	<b>4.600,0</b>
Realizado Exercício de 2017	135,3	19,4	149,9	1.161,6	704,7	28,4	706,6	<b>2.905,9</b>
Índice de Consecução (%)	42,0	14,1	17,2	81,5	80,6	30,9	80,8	<b>63,2</b>
Realizado Exercício de 2016	170,8	31,6	162,4	643,0	692,0	70,6	563,5	<b>2.333,9</b>
Comparação entre Exercícios de 2017 e 2016 (%)	-20,8	-38,6	-7,7	80,7	1,8	-59,8	25,4	<b>24,5</b>

Fonte: BRASIL. República Federativa. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**: relatório as atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos – exercício de 2017. Belém: Banco da Amazônia (2018).

Conforme a Figura 8, para o exercício de 2017, o volume contratado com recursos do FNO atingiu 63,2% da meta estabelecida. Nenhum dos Estados alcançou o resultado esperado. Os estados do Pará, Tocantins e Rondônia foram os que apresentaram melhor desempenho, respectivamente 81,5%, 80,8% e 80,6% da previsão.

Entretanto, comparativamente com o exercício anterior (2016), o nível de contratações apresentou um crescimento de 24,5%, conforme o gestor do Fundo, por conta da melhoria do panorama econômico nacional.

## **GLOSSÁRIO / LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BCA – Banco de Crédito da Amazônia

BASA – Banco da Amazônia S/A

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A

CONDEL – Conselho Deliberativo

FCF – Fundos Constitucionais de Financiamento

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

PIB – Produto Interno Bruto

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

URSS – União da Repúblicas Socialistas Soviéticas